



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

Relatório **100 Dias**

Principais Entregas da Gestão

Gestão:
2022/2023

APRESENTAÇÃO

Uma praxe que se incorporou consuetudinariamente à Administração Pública é a de, implementados 100 dias de gestão, vir a lume o relatório das ações primordiais já levadas a efeito.

Esse lapso temporal, ainda que breve, tem vital importância para o estabelecimento de uma conexão com o público interno, força motriz de trabalho, e com os cidadãos, destinatários da nossa missão institucional de “fazer justiça”, desvelando-se essencial para o desenvolvimento da gestão e para a estratificação da boa governança.

Assim, o relatório que segue presta-se a veicular as principais entregas feitas nesse curto período de 100 dias, para sinalizar os rumos da administração ao longo do biênio e para, republicanamente, prestar contas.

Com os olhos postos nos quatro eixos temáticos eleitos (dimensão humana, perspectiva institucional, fator tecnológico e relações interinstitucionais), reafirmamos a convicção de que Justiça é gênero de primeira necessidade – como o são também a saúde, a educação e a segurança –, bem como a confiança na capacidade de trabalho dos nossos servidores e magistrados para o cumprimento, com eficiência, eficácia e efetividade, da função quase divinal de “fazer justiça”.

CORPO DIRETIVO

Presidência

Desembargador João Henrique Blasi

Primeira Vice-Presidência

Desembargador Altamiro de Oliveira

Corregedoria-Geral da Justiça

Desembargadora Denise Volpato

Segunda Vice-Presidência

Desembargador Getúlio Corrêa

Terceira Vice-Presidência

Desembargador Gerson Cherem II

Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial

Desembargador Rubens Schulz

COMPOSIÇÃO

Pedro Manoel Abreu
Cláudio Barreto Dutra
Luiz César Medeiros
Sérgio Roberto Baasch Luz
Antonio do Rêgo Monteiro Rocha
Fernando Carioni
José Antônio Torres Marques
Salette Silva Sommariva
Ricardo Orofino da Luz Fontes
Salim Schead dos Santos
Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Cid José Goulart Júnior
Jaime Ramos
Alexandre d'Ivanenko
Sérgio Izidoro Heil
José Carlos Carstens Köhler
João Henrique Blasi, **Presidente**
Jorge Luiz de Borba
Rejane Andersen
Jânio de Souza Machado
Soraya Nunes Lins
Sônia Maria Schmitz
Raulino Jacó Brüning
Roberto Lucas Pacheco
Jairo Fernandes Gonçalves
Luiz Fernando Boller
Paulo Roberto Sartorato
Tulio José Moura Pinheiro
Carlos Alberto Civinski
Ricardo José Roesler
Robson Luz Varella
Sérgio Antônio Rizelo

Denise Volpato, **Corregedora-Geral da Justiça**

Getúlio Corrêa, **2º Vice-Presidente**

Sebastião César Evangelista

Ernani Guetten de Almeida

Carlos Adilson Silva

Rogério Mariano do Nascimento

Altamiro de Oliveira, **1º Vice-Presidente**

Saul Steil

Newton Varella Júnior

Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli

Odson Cardoso Filho

Gilberto Gomes de Oliveira

José Everaldo Silva

Volnei Celso Tomazini

Paulo Henrique Moritz M. da Silva

Leopoldo Augusto Bruggemann

Júlio César Knoll

Vera Lúcia Ferreira Copetti

Janice Goulart Garcia Ubialli

Cláudia Lambert de Faria

Rubens Schulz, **Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial**

Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

André Carvalho

Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer

Guilherme Nunes Born

Luiz Zanelato

André Luiz Dacol

Jaime Machado Júnior

Hélio do Valle Pereira

Gerson Cherem II, **3º Vice-Presidente**

Dinart Francisco Machado

Rosane Portella Wolff

Denise de Souza Luiz Francoski

Artur Jenichen Filho

Vilson Fontana

Luiz Cesar Schweitzer

Luiz Neri Oliveira de Souza

Norival Acácio Engel
Helio David Vieira Figueira dos Santos
Júlio César Machado Ferreira de Melo
José Agenor de Aragão
Sidney Eloy Dalabrida
Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva
Hildemar Meneguzzi de Carvalho
Álvaro Luiz Pereira de Andrade
Luiz Antônio Zanini Fornerolli
Haidée Denise Grin
Selso de Oliveira
Antônio Zoldan da Veiga
Carlos Roberto da Silva
Osmar Nunes Júnior
Luiz Felipe Siegert Schuch
José Maurício Lisboa
Bettina Maria Maresch de Moura
Ana Lia Moura Lisboa Carneiro
Flavio Andre Paz de Brum
Sandro José Neis
Diogo Nicolau Pítsica
Marcos Fey Probst
Sílvio Dagoberto Orsatto
Edir Josias Silveira Beck

DADOS GERAIS DO PJSC

1. INDICADORES GERAIS

1.1 Nosso Estado

- 7,42 milhões de habitantes (IBGE 2022 – estimativa)
- PIB de R\$ 323,26 bilhões: sexto maior do país e quarto per capita (IBGE, 2019)
- 3º melhor IDHM do país (IBGE, 2020)

1.2 Organização Judiciária

- Capilaridade nos 295 municípios do Estado
- 111 comarcas instaladas
- 376 unidades judiciais
- 10 unidades regionais/de apoio
- 23 câmaras de julgamento de 2º grau
- 5 grupos de câmaras
- 1 seção criminal
- 3 turmas recursais
- 1 turma de uniformização

1.3 Estrutura predial e de TI

- 149 prédios
- Cerca de 314 mil metros quadrados de área construída
- Cerca de 87 mil pessoas ativas nos sistemas de informática

- Cerca de 13 mil computadores pessoais
- 3 datacenters, incluindo cerca de 800 servidores de aplicação e banco de dados
- 1.900 TB de dados

1.4 Força de Trabalho (em 25-4-2022)

- Desembargadores: 94
- Juízes de 1º Grau: 402
- Juízes Substitutos: 35
- Servidores Efetivos: 6.817
- Servidores Exclusivamente Comissionados: 1.341
- Estagiários e Residentes: 2.294
- Outros Auxiliares: 638
- Terceirizados: 1.761
- **Total: 13.381**

1.5 Orçamento e Finanças

- Previsão de orçamento para 2022: R\$ 2,9 bilhões
- Previsão de custo diário per capita da Justiça por cidadão em 2022: R\$ 1,07

2. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

2.1 Movimentação Processual – Visão Consolidada: 1G + 2G + Juizados Especiais + Turmas Recursais

Período de análise: janeiro a abril do último quadriênio (anos: 2019 – 2022)

* **Observação:** em 2022, o mês de abril foi computado até o dia 25-4-2022. Nos demais anos, o mês de abril foi computado em sua integralidade.

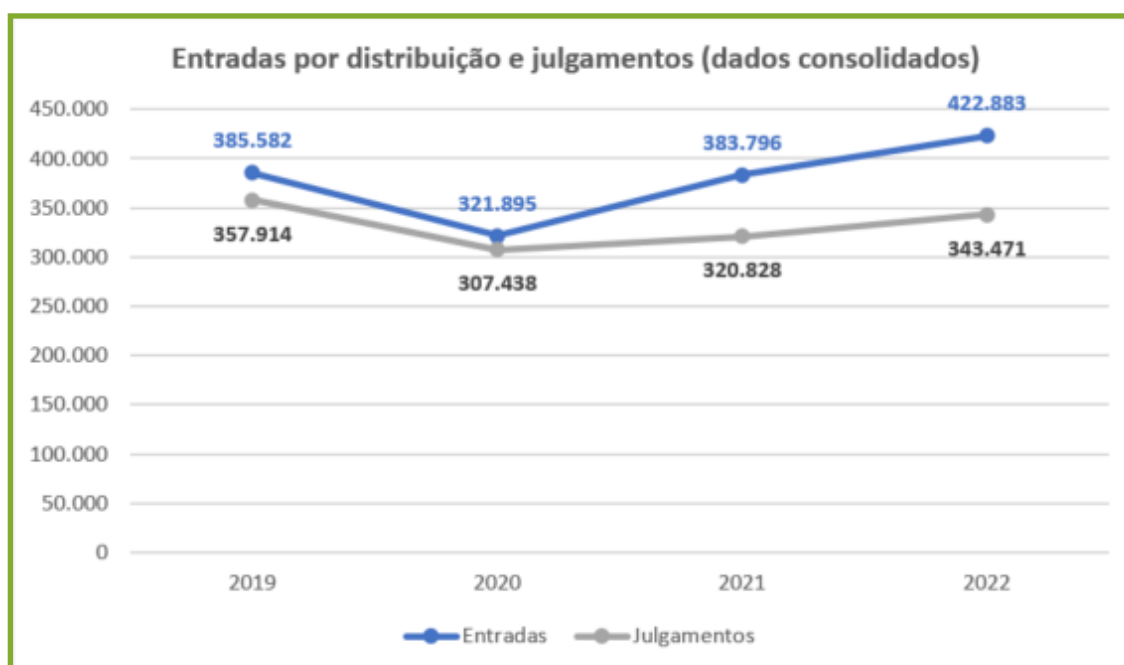


Tabela 1. Movimentação processual do primeiro quadrimestre de 2019 a 2022.

Dados consolidados	2019	2020	2021	2022
Entradas por distribuição	385.882	321.895	383.796	422.883
Julgamentos	357.914	307.438	320.828	343.471
Acervo total (abril)	3.644.824	3.540.779	3.563.756	3.516.714
Acervo líquido ano anterior	2.762.098	2.529.269	2.562.051	2.584.148
Acervo líquido (abril)	2.719.412	2.544.945	2.624.453	2.634.303
- Percentual acervo líquido	74,6%	71,8%	73,6%	74,9%
Abril – Dez (acervo líquido)	-42.686	+15.676	+62.402	+50.155

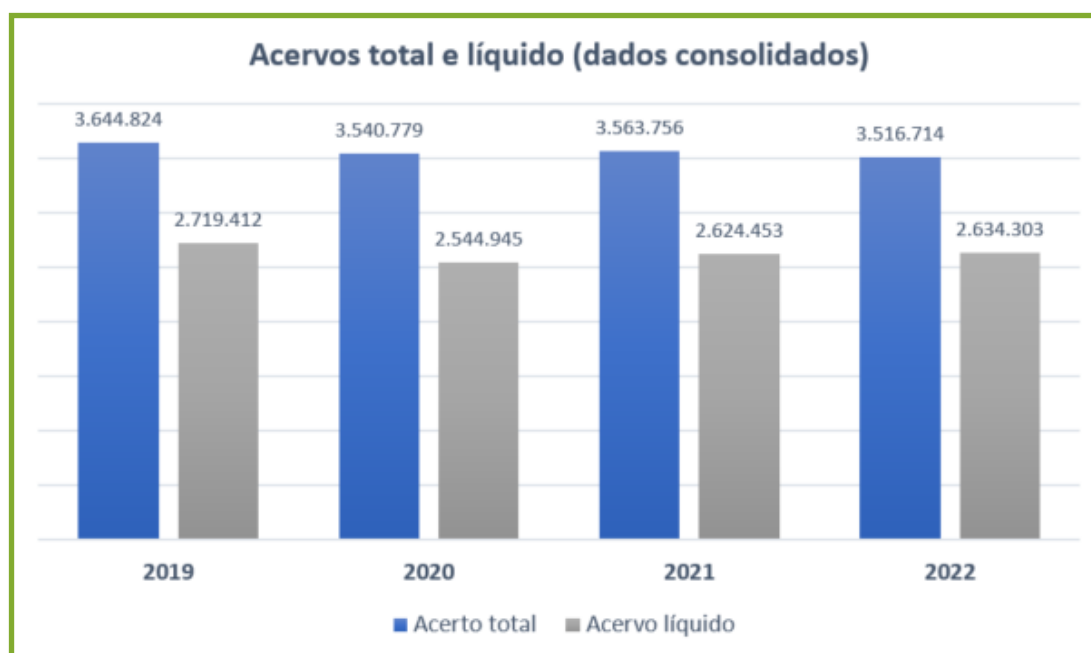


Tabela 2. Percentual de variação das métricas dos anos anteriores em relação a 2022.

Dados consolidados	2019	2020	2021
Entradas por distribuição	9,6%	31,3%	10,1%
Julgamentos	-4,0%	11,7%	7,1%
Acervo total	-3,5%	-0,6%	-1,3%
Acervo líquido	-3,1%	3,5%	0,3%

Destaques dos dados consolidados

- A cifra de 422.883 processos distribuídos neste primeiro quadrimestre de 2022 reflete que os **índices de litigiosidade continuam em crescimento**, numa escala mais acentuada do que o período pré-pandemia.
- A quantidade de entrada por distribuição no primeiro quadrimestre de 2022 é 10,1% maior que no mesmo período de 2021, 31,3% maior comparado ao 1º quadrimestre de 2020, e 9,6% maior ao mesmo período de 2019.
- Está no 1º grau 82% da demanda processual.
- A quantidade de **julgamentos no primeiro quadrimestre de 2022, em torno de 344 mil processos**, está próxima ao período pré-pandemia (2019), **superando em 7,1% e 11,7% respectivamente os anos de 2021 e 2020.**

- Considerando a quantidade de julgamentos deste primeiro quadrimestre de 2022, que inclui sentenças, acórdãos e decisões terminativas, **cada magistrado catarinense** proferiu em torno de 9 julgamentos a cada dia útil trabalhado.
- Atualmente, o **acervo líquido consolidado é de 2.634.303 processos**. A série temporal do quadriênio 2019/2022 indica **queda nesse indicador de aproximadamente 3%**.
- Está no 1º grau 94% do acervo processual.
- Ainda em relação ao acervo processual, destaca-se a **tendência de acréscimo no indicador** ao longo do primeiro quadrimestre de cada ano. Todavia, a tendência inverte-se ao longo do ano, normalmente encerrando em queda no mês de dezembro.
- Destaca-se que as altas taxas de congestionamento são consequência natural da quantidade de processos em acervo. A meta 5 deste ano do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aprovada no último Encontro Nacional do Poder Judiciário, tem como objetivo reduzir a taxa em, no mínimo, 0,5 ponto percentual em relação à de 2021.

2.2 Movimentação Processual – 2º Grau

Período: janeiro a abril (anos: 2019-2022)

* **Observação:** o primeiro quadrimestre de 2022 foi computado até o dia 25-4-2022. Nos demais anos, o mês de abril foi computado em sua integralidade.

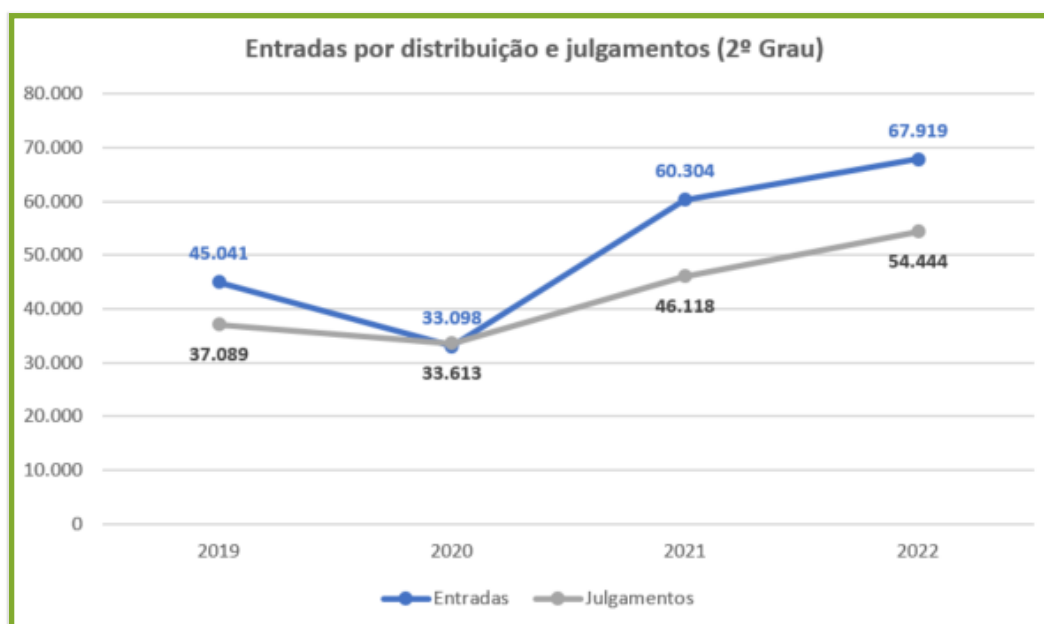


Tabela 1. Movimentação processual do primeiro quadrimestre de 2019 a 2022.

Métricas	2019	2020	2021	2022*
Entradas por distribuição	45.041	33.098	60.304	67.919
Julgamentos	37.089	33.613	46.118	54.444
Acervo total (abril)	114.153	119.238	162.834	171.016
Acervo líquido (abril)	92.561	97.721	139.868	135.629
- Percentual acervo líquido	81,1%	81,9%	88,8%	85,4%
Acervo líquido ano anterior	91.310	91.816	130.673	124.359
Dif. Abril-Dezembro	+1.251	+5.905	+9.195	+11.270

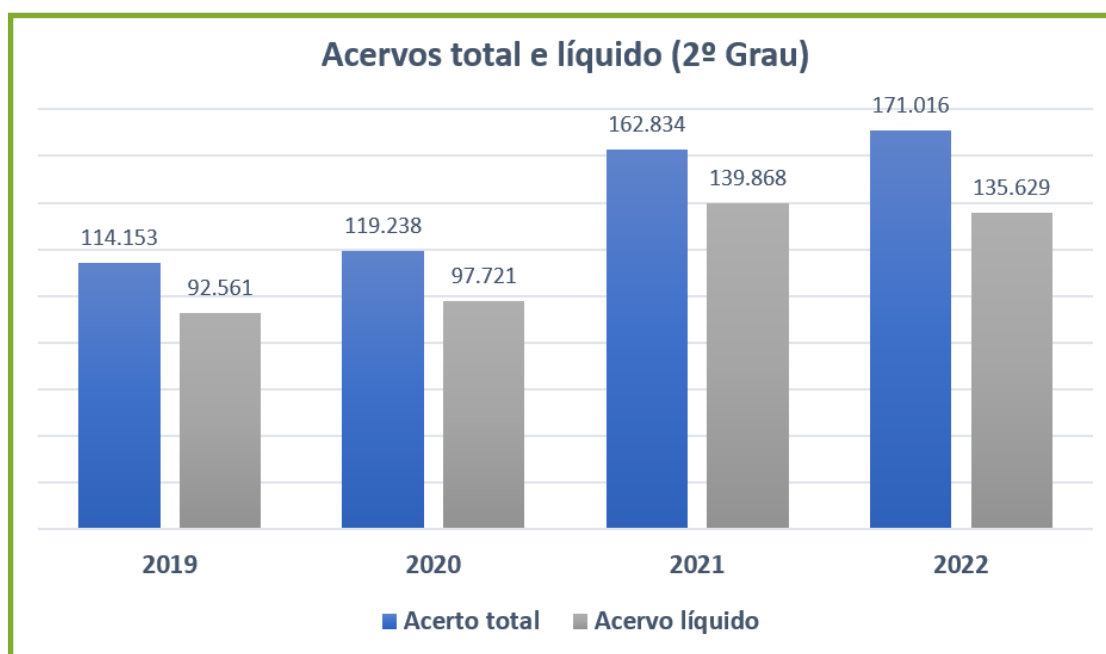


Tabela 2. Percentual de variação das métricas dos anos anteriores em relação a 2022.

Métricas	2019	2020	2021
Entradas por distribuição	50,8%	105,2%	12,6%
Julgamentos	46,7%	61,9%	18,1%
Acervo total	49,8%	43,4%	5,1%
Acervo líquido	46,5%	38,7%	-3,0%

Competências 2G – Acervo Líquido – Proporções no Primeiro Quadrimestre de 2022

- Direito civil: 43,3%
- Direito comercial: 34,9%
- Direito público: 17,2%
- Direito criminal: 3,4%
- Outros: 1,2%

Destaques do 2º Grau

- A exemplo do ano de 2021, quando houve aumento expressivo na quantidade de entradas por distribuição, **o primeiro quadrimestre de 2022 experimenta alto grau de litigiosidade**. A entrada de cerca de 68 mil processos em 2022 é 12,6% maior que a do ano anterior, 105,2% maior que 2020, e 50,8% maior que 2019.
- A série histórica de distribuição indica:
 - queda em processos de competência criminal;
 - estabilidade em processos de competência civil;
 - aumento significativo em processos de competência comercial; e
 - estabilidade em processos de competência do direito público

Competências	2020	2021	2022
Direito criminal	37%	13,2%	11,8%
Direito civil	29,6%	32,2%	29,8%
Direito comercial	18,6%	28,5%	33,1%
Direito público	13,9%	25%	24,7%
Outros	0,9%	1,1%	0,6%

- Na tentativa de suprir a alta demanda, o incremento de produtividade também foi expressivo. **No primeiro quadrimestre de 2022, foram julgados cerca de 55 mil processos.** Esse quantitativo é 18% maior que 2021, 62% maior que 2020, e 47% maior que 2019.
- Em que pese o aumento da produtividade, **o desempenho na quantidade de processos julgados ainda não supre a demanda**, e a consequência é o aumento do acervo e da taxa de congestionamento. O acervo líquido, medido em 25-4-2022, foi de 135.629 processos, que representa um acréscimo de 39% comparado ao início da pandemia, em 2020. Todavia, há de se destacar a desaceleração do crescimento neste primeiro quadrimestre de 2022, que perfaz um crescimento de 5% no acervo total, mas de decréscimo de 3% quando se considera o acervo líquido.
- A distribuição do acervo líquido por competências, desconsiderando os suspensos e sobrestados, é a seguinte:
 - direito civil: 43,3%
 - direito comercial: 34,9%
 - direito público: 17,2%
 - direito criminal: 3,4%
 - outros: 1,2%

2.3 Movimentação Processual – 1º Grau

Período: janeiro a abril (anos: 2019-2022)

* **Observação:** o primeiro quadrimestre de 2022 foi computado até o dia 25-4-2022. Nos demais anos, o mês de abril foi computado em sua integralidade.

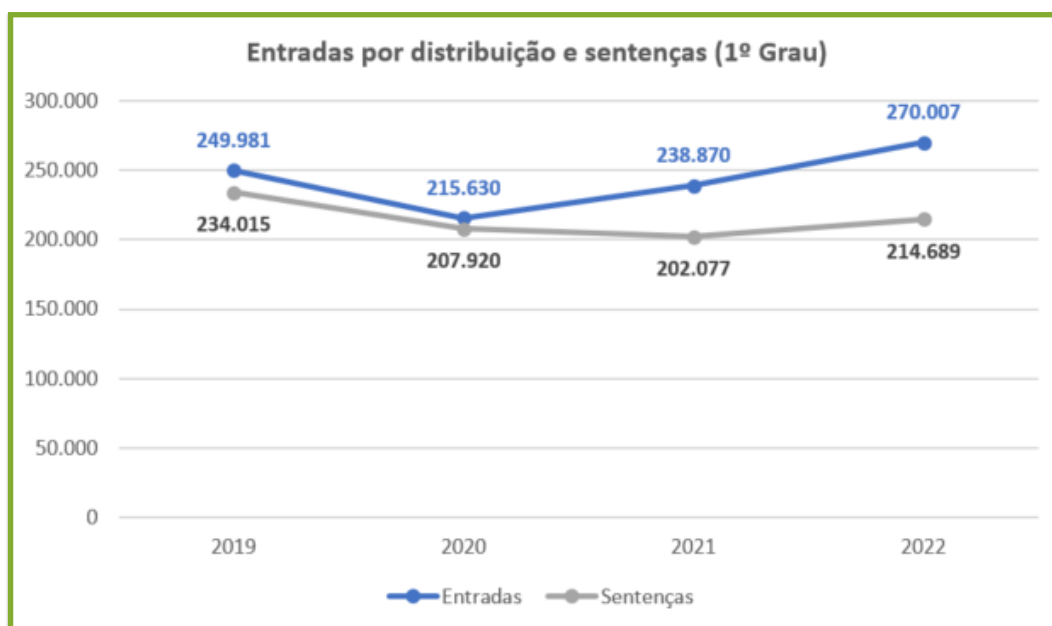


Tabela 1. Movimentação processual do primeiro quadrimestre de 2019 a 2022.

Métricas	2019	2020	2021	2022*
Entradas por distribuição	249.981	215.630	238.870	270.007
Sentenças	234.015	207.920	202.077	214.689
Acervo total	3.123.203	3.028.938	2.993.131	2.943.527
Acervo líquido (abril)	2.266.121	2.094.992	2.128.132	2.149.548
- Acervo líquido/Acervo total	72,5%	69,1%	71,1%	73,0%
Acervo líquido (dez)	2.316.404	2.093.054	2.079.411	2.111.475
Abril-dez (acervo líquido)	-50.283	+1.938	+48.721	+38.073

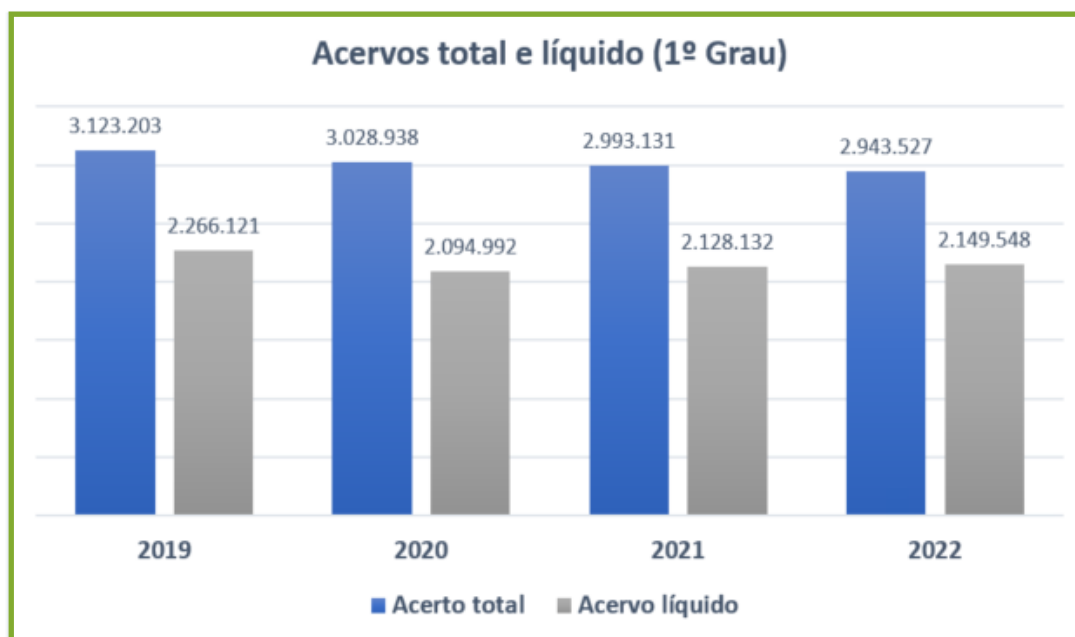


Tabela 2. Percentual de variação das métricas dos anos anteriores em relação a 2022.

Métricas	2019	2020	2021
Entradas por distribuição	8,0%	25,2%	13,0%
Sentenças	-8,3%	3,3%	6,2%
Acervo total	-5,8%	-2,8%	-1,7%
Acervo líquido	-5,1%	2,6%	1,0%

Observação: percentual negativo indica queda na contagem de 2022, e percentual positivo indica aumento da contagem de 2022.

Destaques do 1º Grau

- Mais de 270 mil processos foram distribuídos neste primeiro quadrimestre de 2022 no primeiro grau de jurisdição, sem considerar os processos do rito dos juizados especiais, em que a entrada foi em torno de 78 mil processos. **O quantitativo é 13% maior do que a entrada no ano de 2021, e 8% maior que em 2019, pré-pandemia.**
- A série histórica de distribuição processual por competência é apresentada na tabela a seguir.

Competências	2019	2020	2021	2022
Cível	29%	36%	38%	33%
Execução fiscal	19%	16%	18%	24%
Criminal	19%	22%	20%	19%
Família	12%	11%	12%	10%
Fazenda pública	4%	5%	4%	4%
Outros*	17%	10%	8%	10%

- Ainda que o número de sentenças não tenha alcançado a quantidade pré-pandemia, os dados indicam um crescimento consistente. No primeiro quadrimestre de 2022, foram julgados 215 mil processos, o que representa 6,2% de crescimento em relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior.
- O acervo líquido observado em abril de 2022 é equivalente ao do ano anterior, perfazendo 2,15 milhões de processos. **Ao se comparar o indicador com o primeiro quadrimestre de 2019, período pré-pandemia, a queda observada do acervo líquido é de 5,1%.**
- A série histórica do acervo líquido por competências, desconsiderando os suspensos e sobrestados, é apresentada na tabela a seguir.

Competências	2019	2020	2021	2022
Cível	27%	31%	33%	33%
Execução fiscal	30%	28%	29%	30%
Criminal	11%	11%	12%	12%
Família	6%	6%	7%	7%
Fazenda pública	7%	7%	6%	6%
Outros*	19%	17%	13%	12%

* Competências menores e sistema legado.

2.4 Movimentação Processual – Turmas Recursais

Período: janeiro a abril (anos: 2019-2022)

* **Observação:** o primeiro quadrimestre de 2022 foi computado até o dia 25-4-2022. Nos demais anos, o mês de abril foi computado em sua integralidade.

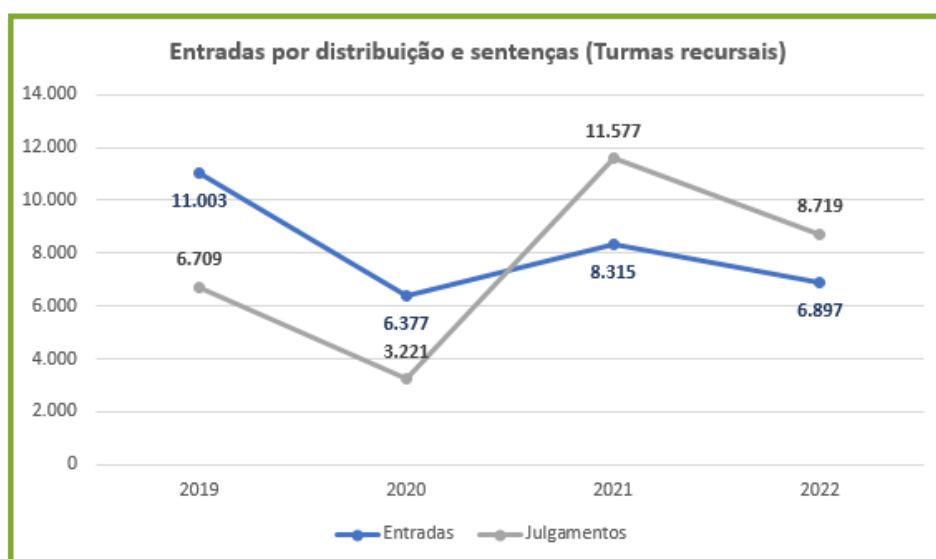


Tabela 1. Movimentação processual do primeiro quadrimestre de 2019 a 2022.

Métricas	2019	2020	2021	2022*
Entradas por distribuição	11.003	6.377	8.315	6.897
Julgamentos	6.709	3.221	11.577	8.719
Acervo total	42.070	48.937	38.841	32.670
Acervo líquido (abril)	29.921	43.989	27.325	19.982
- Percentual acervo líquido	71,12%	89,89%	70,35%	61,16%
Acervo líquido ano anterior	25.471	41.370	29.495	18.647
Abril-dez (acervo líquido)	+4.450	+2.619	-2.170	+1.335

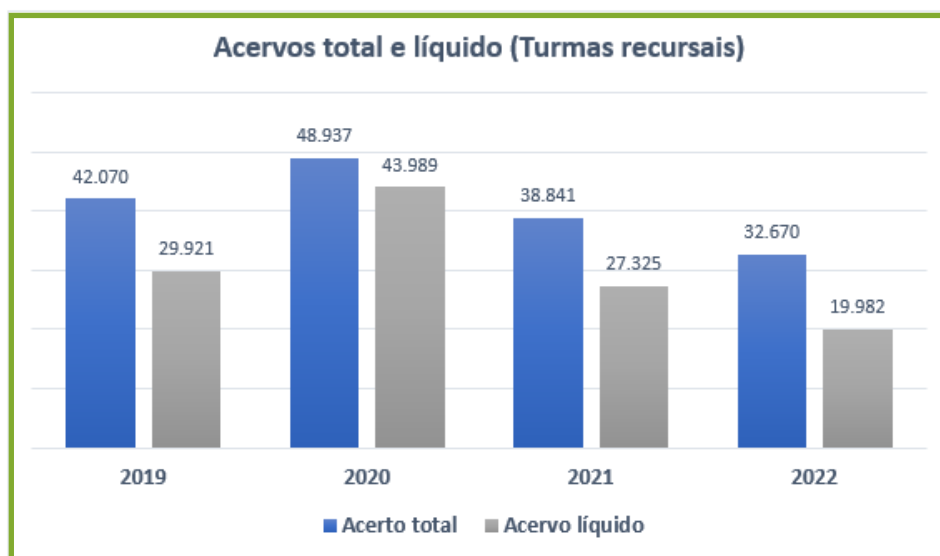


Tabela 2. Percentual de variação das métricas dos anos anteriores em relação a 2022.

Métricas	2019	2020	2021
Entradas por distribuição	-37%	8%	-17%
Julgamentos	30%	171%	-25%
Acervo total	-22%	-33%	-16%
Acervo líquido	-33%	-55%	-27%

* Percentual associado com uma contagem discrepante de julgamentos em 2020 (contagem = 220)

Destaques das Turmas Recursais

- Com relação à movimentação processual das turmas recursais, pode-se observar uma **queda significativa das entradas neste primeiro quadrimestre de 2022**. Em relação ao ano anterior, a queda foi de 17%, e em relação ao período pré-pandemia foi de 37%.
- O primeiro quadrimestre de 2022 também foi de queda na quantidade de **julgamentos das turmas recursais**. Em relação ao primeiro quadrimestre de 2021, o percentual de decréscimo foi de 24%. Por outro lado, os quase **9 mil processos julgados neste quadrimestre superam em 30% a quantidade no período pré-pandemia (ano de 2019)**.

- O acervo líquido das turmas recursais observado ao final de abril de 2022 foi de aproximadamente 20 mil processos. No ritmo de quedas significativas dos anos anteriores, o primeiro quadrimestre de 2022 apresentou nova queda expressiva, da ordem de 27% em relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior.
- Salvo melhor entendimento, o **desempenho positivo** dos indicadores das turmas recursais, especialmente a queda no acervo, é consequência do novo modelo estadualizado, regulamentado pela resolução TJ n. 13/2019 e implantado em janeiro de 2020.

2.5 Movimentação Processual – Juizados Especiais

Período: janeiro a abril (anos: 2019-2022)

* **Observação:** o primeiro quadrimestre de 2022 foi computado até o dia 25-4-2022. Nos demais anos, o mês de abril foi computado em sua integralidade.

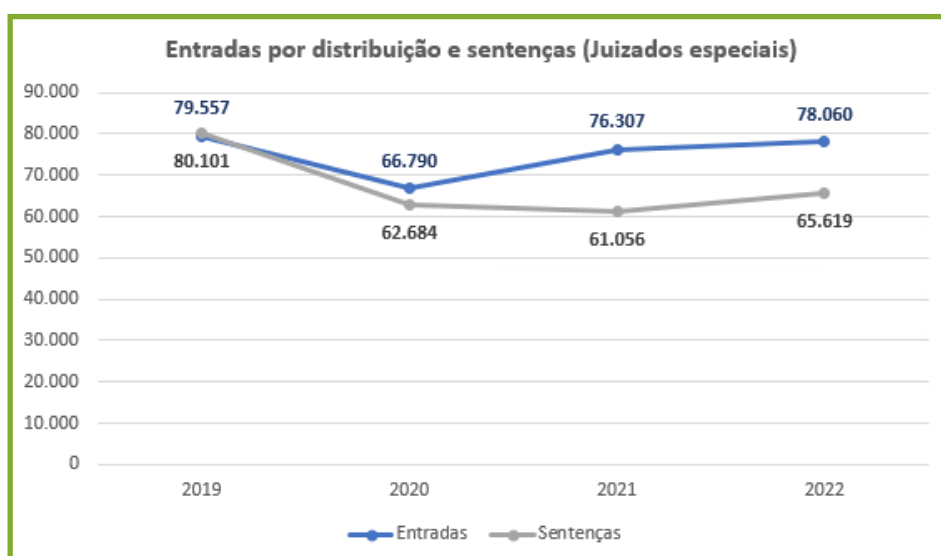


Tabela 1. Movimentação processual do primeiro quadrimestre de 2019 a 2022.

Métricas	2019	2020	2021	2022*
Entradas por distribuição	79.557	66.790	76.307	78.060
Sentenças	80.101	62.684	61.056	65.619
Acervo total	365.398	343.666	368.950	369.501
Acervo líquido (abril)	330.809	308.243	329.128	329.144
- Acervo líquido / acervo total	90,5%	89,6%	89,2%	89,0%
Acervo líquido (dezembro)	327.044	301.903	317.459	324.148
Abril-dez (acervo líquido)	+ 3.765	+6.340	+11.669	+4.996



Tabela 2. Percentual de variação das métricas dos anos anteriores em relação a 2022.

Métricas	2019	2020	2021
Entradas por distribuição	-1,9%	16,9%	2,3%
Sentenças	-18,1%	4,7%	7,5%
Acervo total	1,1%	7,5%	0,1%
Acervo líquido	-0,5%	6,8%	0,0%

Destaques dos Juizados Especiais

- **Mais de 78 mil processos** do rito dos juizados especiais foram distribuídos neste primeiro quadrimestre de 2022. O quantitativo é **2,3% maior do que a entrada no ano de 2021 e levemente inferior a 2019**, período de pré-pandemia.
- Embora a quantidade de sentenças proferidas nos juizados especiais neste 1º quadrimestre de 2022 esteja 18% abaixo do período pré-pandemia (2019), o indicador vem se recuperando e o percentual de aumento em relação ao ano anterior foi de 7,5%.
- O acervo líquido observado no primeiro quadrimestre de 2022 é de 329 mil processos. Esse quantitativo é praticamente idêntico ao do primeiro quadrimestre de 2021, assim como ao ano de 2019, período pré-pandemia.
- Salvo melhor análise, os números dos juizados especiais indicam que a pandemia trouxe maior impacto na tramitação de processos desse tipo de rito, mas vem gradualmente retomando ao status pré-pandemia.

Acompanhamento da distribuição – 2º Grau

- **53.028 processos distribuídos** e **6.923 recursos internos** recebidos (embargos de declaração e agravos internos), totalizando **59.951 novos processos ou recursos**. Consideram-se as Câmaras, Grupos de Câmaras, Seção Criminal e Órgão Especial.
- **52.894 processos e recursos internos** (embargos de declaração e agravos internos) julgados de forma colegiada ou monocrática. Consideram-se as Câmaras, Grupos de Câmaras, Seção Criminal e Órgão Especial.
- Estudo e proposta de configuração de **141 novos assuntos processuais** da TPU (versões 36 a 39).
- Desenvolvimento de 6 relatórios auxiliares de gerenciamento de acervo para as 2ª e 3ª Vice-Presidências.
- **11.661** processos redistribuídos pela Seção de Tramitação.
- **49.019** processos revisados pela Assessoria de Cadastramento.
- **12.244** processos com peças digitalizadas integralizadas no sistema eproc.
- **14.051** processos com análise de custas finais.
- **6.792** processos físicos digitalizados baixados às comarcas.
- **373** pessoas atendidas por meio do Balcão Virtual.
- **310** cartas de ordem/precatórias/rogatórias expedidas e cadastradas.

- **246** mandados expedidos.
- 103 mandados cumpridos no segundo grau de jurisdição.
- **1.652** mandados cumpridos em cooperação com a Central Eletrônica Unificada de Mandados da Comarca da Capital (CECAP).
- Quantidade de sessões de julgamento realizadas por modalidade e de processos julgados nessas sessões:

Modalidade	Sessões	Processos Julgados
Videoconferência	169	17.761
Totalmente Virtual	121	17.638
Física	5	641
Total	295	36.040

DIRETRIZES ADMINISTRATIVAS

DIMENSÃO HUMANA

Saiba + Trabalho Não Presencial – Os encontros são voltados à troca de experiências e saneamento de dúvidas dos gestores (servidores e magistrados) do primeiro grau. Busca-se a **aproximação com o primeiro grau de jurisdição**. Nos primeiros **100 dias da gestão** foram realizados 15 encontros, com a participação de 132 gestores, assim divididos:

- 35 magistrados;
- 64 chefes de cartório;
- 21 chefes de secretaria;
- 8 coordenadores de centrais de mandados; e
- 7 distribuidores.

Conversa com gestores – O programa tem o mesmo número de turmas do Saiba + Trabalho Não Presencial. É realizado 15 dias após este e tem como objetivo principal acompanhar ações decorrentes do primeiro encontro.

Programa Novos Laços – O Programa Novos Laços tem a finalidade de auxiliar na **ambientação funcional dos novos servidores**, tendo sido realizadas nos primeiros **100 dias de gestão** três edições, com a participação de 30 servidores.

Programa Mães do Judiciário – É destinado às magistradas e às servidoras mães do Poder Judiciário de Santa Catarina, para apoio, informação, escuta empática, troca de experiências e atenção aos anseios, promovendo diálogos sobre temas vinculados à carreira, à maternidade e à primeira infância.

Nos primeiros 100 dias da gestão foram realizadas as seguintes ações:

- Encontro Partilhas e Vivências, com a participação de 6 magistrados, realizado em 25-3-2022;
- mediação da live Março é Delas – O Universo Feminino no Trabalho Não Presencial, realizada em 29-3-2022;

- mediação da roda de conversa Março é Delas: Identificando a Violência, realizada em 22-3-2022;
- - Encontros do Programa Mães do Judiciário, tendo sido realizado contato com 35 servidores e conversa individual com 12 servidoras;
- - Grupo de WhatsApp – atualmente 154 servidores participam do grupo, que é um canal aberto para informações, saneamento de dúvidas funcionais, partilha de experiências e integração.

Elaboração da Resolução GP n. 20/2022 – Modernizou as regras para LTS em pessoa da família.

Reajuste auxílio médico-social – Efetivado por meio da Resolução GP n. 7/2022.

Majoração da bolsa de estágio e bolsa para residentes judiciais.

Análise Ergonômica do Trabalho (AET) – No período de 28-3 a 1º-4-2022, 313 magistrados e servidores ativos (efetivos e comissionados), estagiários e residentes judiciais de 20 comarcas no sul do Estado tiveram seus postos de trabalho adequados ergonomicamente.

Campanha de vacinação contra a gripe – Iniciou no dia 4-4 e segue em curso até o dia 3-6-2022. Estão cadastradas quatro clínicas credenciadas, 42 clínicas parceiras e 65 unidades judiciais receberão a unidade móvel. Até a presente data foram vacinados 1.710 colaboradores do PJSC (magistrados e servidores ativos [efetivos e comissionados], militares, servidores à disposição do Poder Judiciário, estagiários, residentes judiciais, voluntários registrados no sistema de recursos humanos do PJSC e terceirizados).

Semana da Saúde – Realizada no período de 4 a 8-4-2022. A temática deste ano foi “A Qualidade do Sono”. Além das rodas de conversa, a Diretoria de Saúde elaborou e disponibilizou material informativo para melhorar o sono e, consequentemente, a qualidade de vida, destacando [Cartilha Durma Bem e Viva Melhor](#) e [Cartilha Alterações do Sono](#).

Encontros com a Saúde – Nos dias 7 e 13-4-2022 profissionais da Seção de Ergonomia e da Seção de Atenção Integral à Saúde realizaram encontros virtuais com magistrados, servidores e demais colaboradores da Região do Vale do Peixe, cujo intuito é orientar e responder às dúvidas relacionadas aos temas saúde emocional e ergonomia.

Segurança do Trabalho – As comarcas da região do litoral norte e do extremo oeste receberam a visita de técnicos para elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

Elaboração de duas propostas normativas relativas ao programa da residência judicial – A primeira delas tratou de uma alteração pontual para majorar o período do programa de 24 para 36 meses e incluir a reserva de cota racial (Resolução GP n. 24 de 11 de abril de 2022). A segunda normativa revogará o programa de residência judicial e implementará o **programa de residência jurídica**, nos moldes definidos pelo CNJ. Também foi elaborado um **projeto de instrução normativa** para regular o processo seletivo do futuro programa de residência jurídica.

Elaboração de estudo e expedição de ofício à Presidência – Para aumentar tanto o número de vagas vinculadas ao **programa de residência** quanto o valor remuneratório pago aos residentes.

Criação do projeto Seminários Regionais da Magistratura Catarinense – O primeiro seminário ocorrerá na cidade de Chapecó e está previsto para ocorrer nos dias 23 e 24-6. As palestras versarão sobre o tema “A perspectiva jurisdicional do Direito”. Serão oferecidas 150 vagas aos magistrados, com preferência aos atuantes nas regiões do Planalto, Oeste e Extremo Oeste.

Construção do Plano de Formação da Academia Judicial (biênio 2023-2024) – Está sendo elaborado de forma participativa.

Criação de projeto de ebook Reflexões Acadêmicas – Contém artigos de magistrados bolsistas de cursos de pós-graduação.

Elaboração de estudo para o lançamento do projeto “Relato Acadêmico” – Servidores e magistrados beneficiados pelos programas de bolsa de pós-graduação farão um breve vídeo acerca do trabalho de conclusão de curso. Esses vídeos formarão um acervo, que ficará disponível de forma restrita a magistrados e servidores do PJSC.

Abertura de pesquisa para ampliar o número de magistrados(as) atuando como docentes da instituição de ensino do PJSC – Possibilita aos interessados em exercer atividades de docência na AJ preencher o formulário próprio. A partir das informações que serão coletadas, será possível formar **o cadastro de docentes** de acordo com as áreas de atuação ou formação, bem como oferecer a capacitação como formador para que os(as) magistrados(as) possam ministrar os cursos ofertados pela AJ.

Estudo e elaboração do **programa de formação inicial dos servidores.**

Realização de vinte e quatro atividades educacionais (formação continuada de servidores e de magistrados), **com 1.529 alunos matriculados.**

PERSPECTIVA INSTITUCIONAL

Equalização da estrutura dos gabinetes no 2º Grau – Envio de projeto de lei complementar à ALESC, com a criação de 24 cargos de secretário jurídico – Processo n. 0006115-32.2022.8.24.0710 e PLC/003.0/2022.

Recomposição do quadro de pessoal – Efetivo provimento ou início dos trâmites do preenchimento de 203 cargos efetivos, sendo:

1º Grau

- 10 analistas administrativos
- 31 analistas jurídicos
- 21 assistentes sociais
- 62 oficiais de justiça e oficiais de justiça e avaliadores
- 1 psicólogo
- 92 técnicos judiciário auxiliares

2º Grau

- 18 técnicos judiciários auxiliares
- 1 enfermeiro

Concurso público para provimento de cargos vagos e formação do cadastro reserva do quadro de pessoal efetivo do PJSC – **Homologado em 28-4-2022.**

Concurso público para ingresso na magistratura estadual – Edital n. 11/2022, lançado em 10-5-2022.

Concurso público para outorga e delegação de serviços notariais e registrais – Previsão de lançamento do edital em 15-5-2022.

Cooperação nas assessorias de juízes especiais (1º Grau) e gabinetes de desembargadores das câmaras comerciais – Processo n. 0013524-59.2022.8.24.0710 e Processo n. 0015560-82.2022.8.24.0710.

Reajuste de 25% no valor das diárias.

Revisão no valor de diárias internacionais pagas entre 2016 e 2019.

Implantação do **módulo de Execução Orçamentária**.

Implantação do **módulo de elaboração da proposta orçamentária**.

Implantação da Turma de Incidentes das Presidências das Turmas Recursais no sistema eproc 1G – A Divisão de Suporte à Jurisdição de Segundo Grau, em parceria com a Secretaria Administrativa das Turmas Recursais e a Secretaria Única das Turmas Recursais, concluiu os testes e a homologação da configuração do órgão julgador no sistema eproc 1G, e a solução **será colocada em produção** pela Diretoria de Tecnologia da Informação em **29-4-2022**.

Na semana compreendida entre os dias 4 e 8-4-2022 serão concluídos os manuais de instruções, e a Secretaria Administrativa das Turmas Recursais realizará reunião com os presidentes das turmas e seus assessores para apresentar a solução e definir a data de realização da primeira sessão de julgamento do colegiado.

Elaboração de estudo sobre a reestruturação da Academia Judicial que culminou com a edição da **Resolução GP n. 7 de 6 de abril de 2022**. Dada a relevância, destacam-se as principais inovações:

- a) a Academia Judicial passa a ficar vinculada à Presidência deste Tribunal;
- b) a criação da Diretoria de Capacitação de Serviços Judiciários com competência para coordenar a formação inicial e continuada dos servidores do Poder Judiciário catarinense. Dada a importância de suas atribuições, essa diretoria terá a sua disposição um diretor e um subdiretor;
- c) fusão das Diretorias de Extensão e Comunicação Institucional com a de Pesquisa. A novel Diretoria de Pesquisa, Extensão e Comunicação institucional, além das atribuições relacionadas a seu próprio nome, terá a missão de planejar e coordenar a formação suplementar de magistrados e servidores (cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu);
- d) alteração da composição do Conselho Técnico-Científico e do Conselho Editorial; e
- e) para os fins de preservação da memória do Poder Judiciário catarinense, o nome “Centro de Estudos Jurídicos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – CEJUR/TJSC” ficou expressamente consolidado em dispositivo próprio como identidade inaugural dessa escola.

Elaboração de estudo para modificação do Regimento Interno da Academia Judicial (ainda não publicado).

Revogação da obrigatoriedade de comunicação das **suspeições por foro íntimo** à Corregedoria-Geral da Justiça. Adequação do Código de Normas ao Código de Processo Civil de 2015, que deixou de prever tal comunicação – Provimento n. 9/2022.

Revogação da necessidade de **controle de produtividade semestral específica** dos magistrados residentes fora da comarca – Provimento n. 10/2022.

Necessidade de o magistrado certificar fundamentadamente a exclusão de documento ou movimento processual dos autos no eproc, para conferir maior transparência a tais registros – **Orientação n. 3/2022.**

Desenvolvimento e implementação do Robô do RENAJUD – Criado com o objetivo de tornar mais rápida e efetiva a implementação das operações relacionadas à consulta e inserção de restrições aos veículos localizados por meio do sistema, com certificação no processo.

Implementação do **Projeto de Gestão das Unidades Judiciais** – Orientação e apoio das unidades judiciais com implementação de modelos de gestão baseados em: a) gestão unificada: compreendida como a administração interconectada do lançamento de minutas (de despachos, decisões e sentenças) e do cumprimento de atos processuais; b) gestão de gabinete: compreendida na adequada distribuição do fluxo processual em gabinete; e c) gestão de cartório: balizada na perspectiva de gestão digital de processos judiciais, evitando-se a replicação ou importação de rotinas estabelecidas para autos físicos ou sistemas computacionais mais burocráticos, introduzindo-se a cultura do mapeamento e da automação de atividades sequenciais.

Projeto Aprimorar 2.0 – Criado pela necessidade de disponibilização de informações gerenciais que permitam uma análise profunda e detalhada no acervo da unidade, por meio da criação de indicadores específicos, com resultados comparáveis com outras unidades do mesmo grupo de varas. Foram iniciadas tratativas para o desenvolvimento e a disponibilização de painéis de Business Intelligence baseados em indicadores definidos de acordo com as necessidades das unidades e as possibilidades do sistema eproc.

Projeto Comunica PJSC – Criado com o objetivo de aperfeiçoar, desburocratizar, modernizar e simplificar os canais de comunicação do PJSC, por meio da incorporação de novas tecnologias e da reformulação dos meios de contato disponíveis para a interlocução entre o PJSC e a sociedade.

Desenvolvimento de **Projeto para Implementação de Unidade de Cumprimento de Sentenças e Execuções Extrajudiciais da Comarca da Capital** – Seguindo a tendência de especialização existente no âmbito do exercício da jurisdição no PJSC, com a implementação da Unidade Estadual Bancária e da Unidade Regional de Execução Fiscal, justifica-se a criação da Unidade de Cumprimentos de Sentenças e Execuções Extrajudiciais com a aplicação de todas as ferramentas disponíveis de automatização de procedimentos, padronização de rotinas e inteligência artificial. O objetivo principal é dar celeridade e efetividade aos 18.400 processos que hoje tramitam nas varas cíveis da Comarca da Capital.

Sistema de Informação de Óbitos e de Direitos Políticos (**INFODIP**) – Criado em razão da necessidade de adaptação de sistemas e procedimentos internos com vistas ao cumprimento da Resolução Conjunta CNJ/TSE n. 6/2020. Interrupção do processamento de dados via Sistema Integra (atualmente utilizado) e adoção do portal INFODIP Web como método pelo qual serão processadas as comunicações disciplinadas pela normativa conjunta.

Portal Jud-VIVO – Permitirá o acesso, via web, de magistrados e servidores públicos do Poder Judiciário ao sistema eletrônico denominado Portal Jud, possibilitando o fornecimento de informações de dados cadastrais da base móvel de seus clientes, conforme condições e fluxo estabelecidos no instrumento pactuado.

Grupo de Trabalho Certidões Eproc – Revisão do módulo de certidões do eproc e revisão das atividades desempenhadas pelos distribuidores judiciais.

Projeto de **Reestruturação da Execução Penal** – Desenvolvido com o fito de otimizar a tramitação processual das execuções penais em meio fechado e aberto; conferir mais uniformidade aos procedimentos e medidas atinentes à aplicação da lei de execução penal (condições de cumprimento de pena em meio aberto, monitoramento eletrônico, interdição de unidade prisional).

Cumprimento Digital dos Atos processuais – Análise de compatibilidade das normas internas do TJSC com a Resolução CNJ n. 354/2020 e adequação das normas do Tribunal de Justiça às determinações do CNJ, relacionadas ao cumprimento digital de atos processuais.

Execução Invertida – Pedido da Procuradoria-Geral do Estado de atualização da Orientação n. 73/2019. Atualizar a orientação, permitindo inicialmente apenas a intimação do Estado de Santa Catarina para apresentar os cálculos da dívida, com posterior intimação da parte.

Classificador de Petições das Varas Cíveis – Estudo que envolve a verificação do grande acervo processual das varas cíveis, o que justifica o desenvolvimento de ferramenta visando otimizar atividades rotineiras e repetitivas, permitindo aos servidores dedicarem-se às atividades intelectuais.

Mutirão de Julgamento pelo Tribunal do Júri – O projeto visa dar celeridade ao julgamento em plenário dos processos que apuram crimes dolosos contra a vida represados em consequência da restrição dos encontros presenciais causada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19).

Desenvolvimento de programa para Enfrentamento de Acervo no 1º Grau de Jurisdição no âmbito do PJSC (**Programa Coalizão**) – O estudo visa organizar a força de trabalho composta de magistrados de primeiro grau que optem por cooperar, sem prejuízo das próprias atividades, com outras unidades judiciárias para o enfrentamento de acervo processual.

Balcão Virtual – Comparecimento digital criminal – Trata-se de projeto que visa aprimorar as apresentações periódicas em juízo, com a utilização de meios tecnológicos, a fim de padronizar o controle do cumprimento de penas, medidas cautelares e institutos despenalizadores; facilitar a realização do ato (tanto para o jurisdicionado quanto para os servidores); garantir a continuidade da jurisdição penal independentemente de eventuais medidas de afastamento físico; ampliar as opções do Tribunal de Justiça no cumprimento da Meta 10/2022 do CNJ.

Multa Penal – Criação de unidade estadual especializada – O projeto almeja estudar a viabilidade de criação de uma unidade estadual com competência privativa para processar e julgar as execuções de multa penal, o que, a um só tempo, permitirá a adequação e a reformulação do procedimento inerente à cobrança/execução da pena de multa sem sobrecarregar os juízos de execuções penais do Estado e propiciará um ambiente favorável para que causas dessa natureza recebam a atenção que merecem.

Unidades Regionais Especializadas para Audiências de Custódia e Procedimentos Investigativos – O projeto objetiva estudar a viabilidade de reorganização das unidades judiciárias mediante a criação de varas novas e/ou transformação de varas já existentes em unidades regionais com a competência exclusiva para o processamento de audiências de custódia e condução de procedimentos investigativos no âmbito do Poder Judiciário catarinense.

Regularização do Registro das Audiências no sistema eproc – No exercício da função institucional, na forma do art. 7º, X, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça (RICGJ), promoveu-se levantamento estatístico no aplicativo Power BI quanto à movimentação das audiências no sistema eproc, o qual revelou falha grave na alimentação dos dados pelas unidades jurisdicionais de primeiro grau. Nesse viés, foi expedida a Circular CGJ n. 58 de 8 de março de 2022, com orientações às unidades do primeiro grau para a regularização do registro das audiências no sistema eproc no interregno de 60 dias e, dessa forma, solucionar a demanda em referência, reafirmar a observância das regras do sistema eproc e evitar futuros questionamentos pelo CNJ.

Projetos estratégicos – área jurisdicional

Com o objetivo de aperfeiçoar as iniciativas voltadas para a atividade-fim do PJSC, o portfólio de **projetos estratégicos** da área jurisdicional foi organizado em **10 grandes áreas de atuação** (de acordo com o mapa abaixo).

Com isso, as ações identificadas foram elencadas em cada um dos temas, definindo-se seu status de “**em andamento**”, “**em estudos preliminares**” ou **no campo das “ideias”**. Todas as demandas estão alinhadas ao plano de gestão da Administração e ao Planejamento Estratégico 2021-2026 do PJSC.

A partir dessa organização, obtém-se maior clareza acerca dos projetos destinados à área jurisdicional, o que possibilita a identificação e a priorização das demandas.

Ressalta-se que o atual **portfólio de projetos não impede novas iniciativas ou demandas por soluções**, mas deve ser constantemente revisado, atualizado e priorizado.

Completa Estadualização da Competência Bancária

No dia 4-4-2022, o PJSC concluiu a estadualização da competência bancária, concentrando todas as novas ações na Unidade Estadual de Direito Bancário.

Contadoria Judicial Estadual – Acervo

A Contadoria Judicial Estadual, durante os primeiros 100 dias de gestão, avistou esforços para **reduzir o acervo de cálculos ainda represados** e, em especial, **reduzir o tempo de permanência dos processos com a contadoria**.

Para tanto, foi restabelecida força-tarefa, que, aliada aos esforços cotidianos, alcançou os resultados a seguir.

Mês	Acervo	Produtividade	Demanda
mar/21	31.376	43.697	47.287
abr/21	35.266	37.702	42.161
mai/21	39.725	40.390	44.612
jun/21	43.950	40.465	45.293
jul/21	50.378	43.695	38.865
ago/21	38.068	62.212	49.902
set/21	33.369	47.567	43.290
out/21	24.372	48.421	39.548
nov/21	17.380	50.027	43.481
dez/21	15.375	27.954	25.682
jan/22	11.723	26.703	23.081
fev/22	8.893	42.257	39.427
mar/22	6.604	48.042	45.753

* A Contadoria Judicial Estadual foi implantada em 2-8-2021.

No que se refere ao tempo de **permanência do acervo**, **79% estão a menos de 30 dias**.

Idade do acervo	2-8-2021	31-3-2022	22-4-2022	
Acima de 600 dias	3	0	0	
De 500 até 599 dias	8	0	0	
De 400 até 499 dias	365	0	0	
De 300 até 399 dias	527	0	0	
De 200 até 299 dias	2.009	97	64	
De 100 até 199 dias		797	237	
De 30 até 99 dias		1.190	982	
De 0 até 29 dias		4.427	4.887	79%
Total		6.511	6.170	

Execuções Fiscais Estaduais – Projeto de Estadualização da Competência

Composta de 4 juízos e com a tramitação realizada pela Divisão de Tramitação Remota das Execuções Fiscais, passa por importante avaliação dos fluxos de trabalho e, em recente proposta, por estudos acerca da viabilidade de realizar a completa estadualização da competência das execuções fiscais estaduais.

Secretaria de Suporte à Jurisdição Criminal – Mentorias e Monitorias

Início da Digitalização dos Processos Suspensos

Divisão de Apoio Judiciário – Retomada de do “Bate-papo com a DAJ”.

Projeto voltado à instrução dos usuários, atuando o suporte de forma profilática para a **otimização e o correto uso do sistema eproc**, conferindo maior segurança ao usuário, **eficiência à tramitação processual e redução da abertura do número de chamados**.

Reestruturação

Nos últimos anos, o PJSC vem apresentando déficit na força de trabalho, seja pela impossibilidade de provimento de cargos por conta do contingenciamento orçamentário diante da crise pandêmica, seja pela grande quantidade de pedidos de aposentadorias por conta da iminente reforma previdenciária pelo Estado de Santa Catarina.

Aliado a isso, a **legislação** que rege nosso atual quadro de servidores é de 1993, portanto **defasada em relação à nova realidade**. As restrições e necessidades impostas pela pandemia fomentaram o uso da tecnologia e aceleraram as **inovações nos processos de trabalho e na organização das equipes e gestão de pessoas**. Tanto que o Planejamento Estratégico 2021-2026 sacramentou a premissa de “trabalhar de qualquer lugar e para qualquer lugar”.

Diante desse cenário, faz-se necessário **revisar a estrutura organizacional do Poder Judiciário** para considerar as melhorias nos processos de trabalho e as novas formas de prestação de serviços viabilizadas pelas novas tecnologias, bem como as novas competências requeridas do quadro de pessoal e o razoável tamanho das equipes.

O escopo da **reestruturação está dividido em três grandes áreas (administrativa, 1º grau e 2º grau)**, e nesses primeiros **100 dias de gestão** foram realizadas as seguintes entregas.

Na **Área Administrativa**, foi realizado um levantamento preliminar com os gestores das áreas a respeito das dificuldades e necessidades enfrentadas em cada setor. Na sequência, foi realizado um projeto piloto em três diretorias: de Orçamento e Finanças, de Material e Patrimônio e de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau. O resultado desse trabalho contempla proposta de aumento de quadro de pessoal, quando necessário; criação, extinção ou fusão de setores; adequação de nomenclatura de cargos e setores; adequação do organograma, entre outros. Também **está em andamento** a elaboração de proposta de reestruturação no âmbito do Gabinete da Presidência. O objetivo é **contemplar todas as áreas administrativas**.

No 1º Grau, foram realizadas ações para a recomposição de cargos vagos: análise de viabilidade, definição de critérios de priorização e provimento.

Ainda em relação ao 1º Grau, foi dada **continuidade a projetos que mudam o paradigma quanto à estrutura organizacional** e à forma de prestação de serviços com objetivo de especialização de matéria, equalização da demanda e, conseqüentemente, aumento da produtividade e agilidade na resposta aos cidadãos. São eles: Projeto de Jurisdição Ampliada e Estadualização da Competência de Direito Bancário. Nessa linha, iniciou-se também o projeto de estadualização da competência de execuções fiscais e iniciaram-se estudos sobre estadualização da competência de execução penal.

No âmbito do 2º Grau, foi elaborado projeto de lei para equacionar o quadro de pessoal dos gabinetes de desembargadores. Além disso, foi regulamentada a atuação de assessores jurídicos para atuar no enfrentamento de acervo durante a vacância de cargo de desembargador.

Portfólio e Planejamento Estratégico

O portfólio de projetos do PJSC está dividido em dois grandes grupos, quais sejam: **projetos setoriais e projetos estratégicos**. O primeiro grupo compõe-se dos diversos projetos em curso nos setores da instituição, que visam dar suporte ao pleno funcionamento da área-fim. Já os **projetos estratégicos** são aqueles que trazem grande impacto para a execução da estratégia institucional nas questões de gestão, administrativas e finalísticas.

Nos primeiros **100 dias da gestão** houve a atualização do portfólio de projetos setoriais a fim de que se alinhassem os projetos à estratégia e às diretrizes do novo plano de gestão. Com relação ao portfólio estratégico, além de alguns projetos de gestão e administrativos, **foram elencadas divisões temáticas para os assuntos relacionados à área-fim, tanto do 1º como do 2º grau, bem como endereçados projetos a cada uma delas**. Alguns dos projetos estratégicos já estão em andamento, enquanto outros passam por estudos preliminares.

Patrimônio

Finalização de todos os inventários destinados à **conferência dos 238.531 bens permanentes do Poder Judiciário**, distribuídos nas 111 comarcas e na Secretaria do Tribunal de Justiça.

Alienação de bens privilegiando a manutenção na posse do Estado de Santa Catarina, utilizando-se o Edital de Credenciamento n. 6/2017, tendo sido beneficiárias as seguintes entidades estaduais:

- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (82.951.328/0001-58)
- SECRETARIA DE ESTADO SEG. PUB. DEFESA DO CIDADAO (82.951.294/0001-00)
- FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR-FUMPOM (13.925.994/0001-07)
- SEC DE ESTADO DA ADM PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA (13.586.538/0001-71)
- FUNDO DE MELHORIA DA PERÍCIA OFICIAL – FUMPOF (35.747.598/0001-61)
- FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FUPESC (01.577.780/0001-08)
- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA (83.931.550/0001-51)
- SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE (82.951.245/0011-30)

- FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL – FUMPC (07.188.579/0001-07)
- HOSPITAL GOVERNADOR CELSO RAMOS (82.951.245/0008-35)
- POLÍCIA CIVIL (15.211.786/0001-63)
- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA (83.931.550/0001-51)
- SEC DE ESTADO DA ADM PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA (13.586.538/0001-71)

Almoxarifado

Aquisição e distribuição de insumos estocáveis para a **retomada dos serviços de copeiragem**.

Contratos e convênios

Instrução do processo visando à celebração de **convênio para a disponibilização de carro elétrico**.

Reunião com o Departamento Jurídico da CELESC Geradora para a celebração de contrato ou **convênio visando à utilização de energia renovável (fotovoltaica)**.

Análise da possibilidade jurídica de celebração de **Acordo de Cooperação Técnica** com a ACAERT para **divulgação de publicidade institucional**.

Licitações e compras diretas

Contratação da primeira dispensa de licitação por meio da **nova Lei** de Licitações e Contratos (concurso a ser realizado pela FGV).

Publicação do edital da licitação para **contratação dos serviços de copeiragem**.

Publicação de edital da licitação para contratação de serviços de telefonia móvel para o NIS e desembargadores.

Publicação do edital visando à realização de audiência pública para consulta acerca dos termos do edital para contratação dos serviços de videomonitoramento.

Publicação do **edital de credenciamento** voltado ao fornecimento de água mineral para 10 comarcas com a utilização de cartão de pagamento para contratação e pagamento.

Capacitação de toda a equipe da área de licitações em cursos promovidos pela Academia Judicial (contratações diretas, congresso de pregoeiros, pesquisa de preços).

Contratação da **campanha vacinal contra a gripe** (contratação emergencial e contratação decorrente de credenciamento).

Conclusão dos **estudos técnicos preliminares** e do projeto básico visando à contratação de **serviços de publicidade institucional**.

Inserção da possibilidade de carona em editais do PJSC após a edição da Resolução GP n. 2/2022.

Capacitação das equipes da DMP e outras unidades (60 participantes) em contratações sustentáveis – DESTAQUE

Obras e serviços de engenharia

Reforma parcial do Fórum da Comarca de Caçador

Contrato: 23/2020

Custo da obra: R\$ 1.400.635,14

Conclusão: março de 2022

Reforma parcial do Fórum de Tubarão (cercamento)

Contrato: 49/2021

Custo da obra: R\$ 494.820,97

Previsão conclusão: até dia 12-5-2021

Substituição dos vidros da fachada da Torre I voltada para a ALESC (vidros laminados de segurança com películas antivandalismo)

Contrato: 56/2021

Custo da obra: R\$ 599.944,97

Conclusão: março de 2022

Projetos técnicos concluídos

Projetos de arquitetura e engenharia destinados à construção do **fórum da Comarca de São Lourenço do Oeste**

- Orçamento da obra: R\$ 17.059.940,18
- Conclusão prevista para 2-5-2022

Projetos de arquitetura e engenharia destinados à construção do **fórum da Comarca de Garuva**

Orçamento da obra: R\$ 13.456.026,50

Conclusão prevista para 6-5-2022

Projetos de arquitetura e engenharia destinados à construção do **fórum da Comarca de Abelardo Luz**

Orçamento da obra: R\$ 21.324.925,22

Conclusão prevista para 15-5-2022

Reuniões com as equipes técnicas da CELESC com vistas à **locação de usinas geradoras de energia fotovoltaicas** diretamente à unidade da CELESC GERAÇÃO com compensação de créditos pela CELESC DISTRIBUIÇÃO. Em tratativas para celebração de instrumento que viabilize a locação, conforme necessidade do PJSC.

Formulário de pedido de ressarcimento de aquisição de passagem aérea e/ou seguro de assistência em viagem internacional

Fase atual: concluído em fevereiro.

Cartão de pagamento institucional para aquisição de água mineral (projeto piloto para 10 comarcas) – Processo n. 0008779-36.2022.8.24.07 e Processo n. 0029261-73.2020.8.24.0710

Fase atual: Publicado o edital de credenciamento em 13-4-2022. Cartões encaminhados pela DOF às comarcas. Edital de credenciamento publicado, aguardando empresas interessadas em se cadastrar.

As Comarcas de Otacílio Costa e Dionísio Cerqueira já contam com empresas credenciadas. Comarcas e empresas foram científicadas pela Divisão Administrativa.

Aquisição de café em pó e açúcar refinado (Processo n. 0005935-16.2022.8.24.0710)

Fase atual: concluído. Entrega do café realizada no Almoxarifado em 25-4-2022, requisição já liberada no sistema de almoxarifado. Açúcar dentro do prazo de entrega da nota de empenho (9-5-2022).

Aquisição de leite UHT (Processo n. 0006187-19.2022.8.24.0710)

Fase atual para aquisição por ata: concluído. ARP assinadas em 27-4-2022.

Para as demais comarcas que irão adquirir por requisição de compra (orientações encaminhadas em 27-4-2022).

Desburocratização da Divisão Administração – aquisições das comarcas

Na Divisão Administrativa foram alterados os procedimentos internos quanto ao nível hierárquico de análise e assinaturas de pagamentos e requisições de compra, com delegação de competência para que chefias de seção e divisão façam análise final dos pareceres e o devido encaminhamento, desonerando o gabinete da diretoria da reanálise e assinatura dos documentos. Tal providência otimizou o tempo de análise, instrução e permanência dos processos nos setores, dando mais agilidade aos processos de compra e aos pagamentos aos fornecedores.

Fase atual: concluído em março.

Contratação de serviços de copeiragem – copeiras e garçons (Processo n. 0004691-52.2022.8.24.0710 e Processo n. 0005531-62.2022.8.24.0710)

Fase atual: licitação, na modalidade pregão eletrônico, marcada para o dia 28-4-2022.

Execução do Contrato n. 124/2021 – locação de veículos de transporte institucional (Processo n. 0045586-89.2021.8.24.0710)

Fase atual: concluído.

Dos 25 veículos previstos no contrato, foram solicitados até o momento 21.

Todos os veículos Toyota Corolla.

Execução do Contrato n. 6/2022 – novo aplicativo de transporte (Processo n. 0005244-02.2022.8.24.0710)

Fase atual: concluído.

O setor realizou junto com os centros de custo a atualização dos cadastros dos usuários e publicou notícia sobre a nova contratação, a fim de divulgar o serviço de transporte por aplicativo. Por meio do sistema web, o setor faz o acompanhamento da utilização do aplicativo.

Baixa por alienação ou doação de veículos usados (Processo n. 0016405-09.2022.8.24.0710)

Fase atual: Processo iniciado

Considerando a política de renovação da frota, a **otimização e racionalização do uso de veículos**, a diminuição das demandas, bem como a disponibilização de novos veículos pelo Contrato n. 124/2021, serão alienados pelo menos 22 veículos, nas categorias de passeio e de carga.

Revitalização do jardim frontal (Processo n. 0009259-14.2022.8.24.0710 e Processo n. 0013561-86.2022.8.24.0710)

Fase atual: em andamento para a contratação de projeto de paisagismo.

Aquisição de cadeiras e mesas para o Ático da Torre II (Processo n. 0015191-80.2022.8.24.0710 e Processo n. 0015190-95.2022.8.24.0710)

Fase atual: nota de empenho emitida, aguardando entrega pela empresa contratada.

Recolhimento de 8.025 caixas de processos judiciais findos arquivados das comarcas.

Conclusão da digitalização do acervo de processos físicos sobrestados no segundo grau de jurisdição (19.567 processos, sendo 1.128 referentes a recursos especiais e extraordinários que aguardavam a decisão dos tribunais superiores e 18.439 sobrestados em decorrência de repercussão geral ou recurso repetitivo).

Desarquivamento e posterior envio de 5.869 processos findos às comarcas, além de 17.375 desarquivamentos para a Seção de Virtualização de Processos Físicos e 3.485 para a Seção de Análise e Eliminação de Autos Findos e Documentos.

Tratativas para implantação do SEI Julgar nas comissões da 1ª Vice-Presidência.

Retomada do **projeto de implantação de catracas nas comarcas**, medida que irá beneficiar os fóruns de São José, Tubarão, Criciúma e Rio do Sul.

Aprovação pela Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) de quatro listas de **eliminação de processos judiciais findos arquivados**, com a posterior publicação dos editais. O total de autos eliminados será de 3.850.

Digitalização de 37 processos de guarda permanente para atender à solicitação de pesquisa histórica, totalizando **2.765 páginas**.

Deflagração de **proposta de implementação de serviço de entrega e busca de livros e revistas** emprestados pela Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros a magistrados e servidores do Tribunal de Justiça.

Revisão/elaboração de 9 resoluções GP, 11 resoluções TJ, 4 resoluções CM, 7 resoluções conjuntas GP/CGJ e 3 emendas regimentais.

FATOR TECNOLÓGICO

ERP

O projeto ERP – Enterprise Resource Planning trata da adoção de uma solução integrada de gestão administrativa para áreas-meio do TJSC, beneficiando DGP, Comagis, DMP e DOF, por meio do Contrato n. 195/2019.

Os primeiros 100 dias de gestão foram marcados pelo início, **em 18 de abril**, do uso, em paralelo com o sistema legado, do ERP para a folha de pagamento e outros **12 módulos integrados de gestão de pessoas**, envolvendo cadastro, investidura, movimentação, benefícios, gratificações, afastamentos, substituição, vacância, jornada de trabalho, tempo de serviço, estagiários e gestão documental.

Com essa implantação, o TJSC está **apto para cumprir os prazos da fase 2 do eSocial**.

Na área financeira, também em abril, o ERP trouxe **duas novidades**. Para o jurisdicionado, iniciou-se o uso da ferramenta para suportar o **parcelamento de custas finais**. O procedimento, que até então era realizado no eproc pela contadoria após decisão do magistrado no processo judicial, passou a ser requisitado diretamente pela parte interessada **por meio de um autosserviço, totalmente automatizado**, sem necessidade de decisão judicial ou atuação da contadoria, desonerando esses setores. Ao interessado também foi possibilitado incluir em um único **parcelamento débitos oriundos de diversos processos judiciais**.

Já os repasses aos oficiais de justiça e agentes privados de custas finais lançadas no SAJ/ GECOF e não migrados para o eproc passaram a ser cobrados e controlados **integralmente no ERP**. Para possibilitar o pagamento desses montantes, foi desenvolvido um **módulo específico** para controlar os valores que estão sendo recebidos e devem ser repassados. Assim **a partir deste mês**, além dos repasses semanais controlados pelo eproc, passaram a ser pagos os repasses de valores decorrentes da cobrança de custas finais lançadas no SAJ/ GECOF.

Inovação

No âmbito da inovação, o PJSC trabalhou na **reestruturação do Laboratório de Inovação (JudLab)**, buscando torná-lo mais acessível e adaptável às necessidades institucionais por meio de atualização da norma regente.

- Além disso, houve a finalização da proposta de criação do Núcleo de Inovação da Assessoria de Planejamento, com foco na **valorização do capital humano, melhoria contínua e aprimoramento dos serviços com foco no usuário**.
- Com essa proposta, objetiva-se **fomentar a cultura de inovação**, incentivar o empreendedorismo interno do PJSC, zelar pelo aprimoramento dos processos de trabalho e disseminar boas práticas e o uso de ferramentas de gestão que favoreçam a **evolução contínua dos serviços judiciários**.
- O desafio de melhoria do atendimento ao público foi **selecionado para parceria com o Laboratório de Inovação do Governo Federal (GNova)**. O PJSC participará do programa Janela GNova Portas Abertas e vai contar com a orientação metodológica do GNova, pioneiro entre os laboratórios nacionais, para exploração, definição e experimentação do desafio.
- O PJSC atuou para o fortalecimento da Rede de Inovação do Estado de Santa Catarina (INOVAGOV SC) e tem participado ativamente da agenda mensal de encontros dos laboratórios estaduais e na prospecção de novos projetos colaborativos, a serem entabulados nos próximos meses.

Atualização do parque tecnológico

Projeto/Entrega: Substituição de computadores de diretores (DGJ/DGA), assessoria e chefias de divisão

Benefício: Melhorar a performance, proporcionando celeridade nas atividades judiciais e administrativas.

Projeto/Entrega: Distribuição de webcams aos diretores, assessores, chefias de divisão e de seção

Benefício: Maior interação nas videoconferências e em reuniões, considerando a adesão dos servidores às modalidades de trabalho de home office e teletrabalho.

Projeto/Entrega: Desligamento dos servidores (equipamentos) das comarcas

Benefício: Com o fortalecimento dos links das comarcas, que possuem alta disponibilidade

e velocidade, foi possível desativar os servidores de rede, o que proporciona redução de custos na aquisição e manutenção, além de desonerar a equipe técnica responsável pela administração do parque de servidores. Para os usuários das comarcas haverá maior disponibilidade dos serviços.

Comarcas contempladas até a presente data: Coronel Freitas, Correia Pinto, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Lauro Müller, Otacílio Costa, Papanduva, Ponte Serrada, Santa Cecília, Barra Velha, São João Batista, São José do Cedro, Bom Retiro, Seara, Sombrio, Itá, Pinhalzinho, São Lourenço do Oeste, Anita Garibaldi, Presidente Getúlio, Urussanga, Armazém, Ascurra e Garuva.

Projeto/Entrega: Projeto piloto de sustentabilidade dos serviços de impressão

Benefício: implantado o Projeto de Sustentabilidade de Serviços de Impressão na Comarca de Chapecó, unidade piloto para aplicar a readequação dos dispositivos. A **otimização do parque de impressoras** permitiu a redistribuição de equipamentos de maior capacidade, formação de backup e o consequente recolhimento de 43 impressoras (49,42%) do total instalado, sem haver impacto negativo na disponibilidade dos serviços de impressão.

Projeto/Entrega: Migração de e-mails para o MS Office 365.

Benefício: Migração de mais de 10.000 contas de e-mails pessoais dos servidores e magistrados do Exchange local (datacenter do TJ) para o Office 365 (nuvem da Microsoft). A conclusão dessa etapa é um passo importante para a implantação do Office365 no PJSC, pois encerra mais uma frente de trabalho desse projeto, além de facilitar a utilização do conjunto de **ferramentas colaborativas disponibilizadas** para o nosso ambiente de trabalho.

Projeto/Entrega: Office 365 para os terceirizados

Benefício: A DTI, com o apoio da Presidência, modernizou a Resolução GP n. 10/2021, que trata da **Política de Correio Eletrônico Institucional**. Além de algumas alterações pontuais que abordam necessidades específicas, a alteração mais importante foi a liberação de e-mails na nuvem para os terceirizados.

Melhoria da infraestrutura de TIC e segurança

Projeto/Entrega: Implantação da nova ferramenta de gerenciamento da performance da rede

Benefício: Permite o acompanhamento e o controle de forma proativa, **identificando situações de consumo excessivo de banda**, upgrade desnecessário dos links contratados e dos recursos de data center, o que garante a atuação prévia da equipe antes da ocorrência de incidentes.

Projeto/Entrega: Novo link de internet 700 Mbps LevelTree – Lumen

Benefício: **Melhoria da qualidade de internet** de nossos serviços para sociedade.

Projeto/Entrega: Conexões do Nexus da sala cofre e o firewall

Benefício: Melhoria dos recursos de infraestrutura, evitando futuros obstáculos e lentidão da infraestrutura de redes.

Projeto/Entrega: Wifi Ministério Público de SC

Benefício: O PJSC e o Ministério Público de SC firmaram convênio visando instalar equipamento de wifi nas unidades judiciais, com foco nas salas de audiências e salas de apoio do MPSC. Foram instalados **480 equipamentos em 124 unidades judiciais**. Agora os promotores de justiça, magistrados e servidores contam com wifi. Em prédios pequenos, o serviço praticamente beneficia toda a unidade; já nos fóruns de grande porte, a abrangência é menor, mas atende ao escopo do projeto. Esse é o primeiro passo para garantir a conectividade nas comarcas.

Projeto/Entrega: Migração do Global Protect para infraestrutura do firewall virtual

Benefício: Viabilizar políticas de segurança de **acesso remoto com mais segurança**, permitindo acesso à rede do Poder Judiciário de acordo com as políticas estabelecidas.

Projeto/Entrega: Ambientes desatualizados: migrado o servidor weblogs para Ubuntu 20

Benefício: Melhoria na segurança da infraestrutura de TI, **eliminando eventuais vulnerabilidades de segurança** que sistemas desatualizados e sem suporte técnico do fabricante podem apresentar.

Projeto/Entrega: Ciclo de vida dos usuários

Benefício: A integração da criação de credenciais com o Office 365 eliminou o trabalho manual de migração de contas para nuvem e habilitação nas aplicações do perfil básico.

Projeto/Entrega: Instalação de 9 servidores – 6 sala-cofre e 3 no CIASC

Benefício: Ampliação da infraestrutura de armazenamento para as peças digitais do sistema eproc, proporcionando disponibilidade, segurança e integridade das informações armazenadas.

Projeto/Entrega: Criação de credencial pela internet

Benefício: O programa Novos Laços da DGP, que recebe novos servidores concursados, foi o primeiro a utilizar o recurso de autorização para a criação de credencial via token. Anteriormente, a única maneira de criar uma credencial para o novo servidor era estando dentro da intranet do PJSC exigindo deslocamento dele ao fórum ou à Secretaria do TJ. Com o token, o novo servidor consegue criar um usuário pela internet. Com o tempo, o PJSC poderá definir novos procedimentos, e a utilização do token poderá ser expandida para a recepção de qualquer novo colaborador.

Projeto/Entrega: Atualização do certificado digital wildcard (tjsc.jus.br) utilizado em todos os serviços

Benefício: Devido ao vencimento da validade do certificado anterior em 20-4-2022 (estes certificados têm validade de 12 meses), era obrigatória sua atualização por um outro, com validade de mais 12 meses. Com isso, garante-se a continuidade dos serviços que dependem desse certificado digital, tais como eproc, SEI, Portal, entre outros, bem como garante o sigilo e a integridade das informações trafegadas sob domínio do PJSC.

Projeto/Entrega: Concluída a migração da gerência dos 138 Fortigates das comarcas para o FortiManager do TJSC

Benefício: A gerência terceirizada foi passada para a gestão da equipe técnica do Poder Judiciário. A gestão interna permite extração de relatórios e mudanças céleres na estrutura de rede do Poder Judiciário, com melhora significativa na qualidade da rede.

Projeto/Entrega: Atualização do sistema operacional (FortiOS) dos equipamentos Fortigate em 37 unidades

Benefício: Proporcionará mais segurança devido à correção célere de incidentes, como também oferecerá a extração de relatórios gerenciais, visando aprimorar a qualidade da rede de dados de todas as comarcas.

Projeto/Entrega: Implantação de piloto no SD-WAN

Benefício: A Comarca de Joaçaba foi o piloto do projeto, que visa prevenir que a aplicação de atualizações das máquinas Windows não ocupe toda a banda disponível na comarca e prejudique o tráfego de aplicações críticas, tais como e-proc, voz e videoconferência.

Potencialização Eproc

Projeto/Entrega: Integração eproc X SIDEJUD

Benefício: Implementada a integração entre os sistemas Depósitos Judiciais – Sidejud e Eproc. Essa integração lança automaticamente no eproc o evento das transferências recebidas por meio de penhoras oriundas do sistema do Banco Central (Sisbajud), ato que antes era totalmente manual.

Projeto/Entrega: Funcionalidade para ressarcimento e complemento de diligências no eproc

Benefício: Até então não era possível realizar complementação da diligência quando o oficial cumpre ou percebe antes que o local é mais distante que o da diligência paga. Nesse caso era necessário cobrar uma nova diligência, e o ressarcimento da primeira era feito somente nas custas finais. A alteração permite ao oficial de justiça a devolução de valores de condução ao Tribunal de Justiça.

Projeto/Entrega: Integração eproc X sistema de jurisprudência para envio de decisões monocráticas

Benefício: Os documentos do tipo despacho/decisão no 2G e turmas recursais são enviados automaticamente para o Sistema de Jurisprudência, permitindo a consulta geral às decisões monocráticas realizadas pelos magistrados do 2º grau e das turmas.

Projeto/Entrega: DataJud – Automatização envio mensal

Benefício: Permite o envio mensal de forma automatizada dos dados para o Datajud. Antes era necessária a intervenção humana para o início do processo de envio. Com a nova solução, todo mês, entre os dias 10 e 13, dentro da janela de envio definida pelo CNJ, serão enviados os dados dos processos que tiveram movimentação registrada no mês anterior, mediante um serviço agendado.

Projeto/Entrega: Estadualização da competência bancária – Etapa 4

Benefício: Em atendimento ao cronograma do projeto de estadualização da competência bancária, foram disponibilizadas em ambiente produtivo do eproc no dia 4-4-2022 as

configurações que desabilitaram a competência bancária nas unidades de competência mista de todo o Estado. A partir de agora, processos novos dessa competência serão peticionados apenas na Unidade Estadual Bancária. Diferente das etapas anteriores, nesta não houve redistribuição de processos, permanecendo os acervos em sua origem até sua baixa.

Projeto/Entrega: Jurisdição ampliada – Etapa 3

Benefício: O Programa Jurisdição Ampliada (PJA), que tem por objetivo equalizar a distribuição de processos entre as comarcas de vara única do PJSC por meio da estadualização de competências. A etapa 3 abrangeu as competências cíveis e fazendárias das Comarcas de Abelardo Luz, Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Cunha Porã, Descanso, Garuva, Ipumirim, Lebon Régis, Modelo, Rio do Campo e Turvo.

Projeto/Entrega: Melhorias de performance do eproc – Etapa 3

Benefício: Foi concluída a terceira etapa de Melhorias de Performance do eproc, expandindo as reformas para todos os serviços, incluindo agora a infraestrutura principal de atendimento ao público. O objetivo é melhorar o desempenho, uso de recursos computacionais e segurança.

Projeto/Entrega: Cessão do módulo de custas do eproc para o TJTO

Benefício: O módulo de custas do eproc foi desenvolvido por equipe interna da DTI e apoia a apresentação do módulo aos representantes do TJTO, que demonstraram interesse em adotar a ferramenta. A DTI liberou os scripts para uso e adequação por aquele tribunal.

Projeto/Entrega: Ampliação da competência da Vara Regional de Recuperações Judiciais, Falências e Concordatas da Capital

Benefício: Auxiliar as unidades beneficiadas com redução do acervo e, por sua vez, dar celeridade ao trâmite dos processos da referida competência. Com a edição da Resolução TJ n. 8/2022 foram beneficiadas as Comarcas de Garopaba, Imbituba, Itapema, Porto Belo, São João Batista e Tijucas.

Projeto/Entrega: Central de alvarás SIDEJUD

Benefício: A centralização de trabalhos específicos vem sendo uma estratégia do PJSC para aumentar a produtividade e resolver o problema de escassez de pessoas em algumas comarcas. Nessa esteira, o SIDEJUD foi adequado para permitir a emissão de alvarás de forma centralizada. Os servidores da Central de Alvarás terão permissão para emitir um alvará para qualquer processo. Os chefes de cartório conseguem emitir alvarás apenas para processos que se encontrem em suas unidades judiciais.

Projeto/Entrega: Nova fórmula de cálculo de precatórios

Benefício: Com a promulgação da EC n. 113 foi alterada a forma de cálculo da atualização monetária das dívidas de precatórios. O sistema de Cálculo e Pagamento de Precatórios foi adequado em tempo hábil sem interrupção do planejamento de pagamentos da Assessoria de Precatórios.

Projeto/Entrega: Integração Central de Distribuição de Títulos (CDT) e Central Nacional de Protestos (CENPROT)

Benefício: A nova integração permite que as dívidas lançadas pela distribuição de títulos que foram posteriormente devolvidos possam ser canceladas automaticamente pela ferramenta, dando baixa no ERP, em que as dívidas são registradas. Até então o procedimento era manual e muitas vezes não ocorria, visto não haver solicitação.

Projeto/Entrega: Adequações das integrações para virada para o ERP

Benefício: Vários sistemas do PJSC utilizam informações de gestão de pessoas para facilitar ou mesmo viabilizar seu funcionamento. Essas integrações até o momento são com o sistema SHF, normalmente referido como “cachê”. Quando o ERP passar a ser o sistema de gestão de pessoas, todas essas aplicações precisarão trazer essas informações do ERP. Seria inviável fazer as inúmeras integrações em poucos dias. Para solucionar a questão, as integrações existentes vêm sendo adequadas desde o segundo semestre de 2021, de forma a ajustar as requisições de todas as aplicações para um conjunto centralizado de serviços. Na sequência, todos esses serviços foram adequados para ter a possibilidade de utilizar as informações oriundas do ERP. A adequação foi feita de tal forma que bastará que um parâmetro seja alterado para trocar o “apontamento” do serviço do cachê para o ERP no momento da troca definitiva do SHF para o Sistema de Gestão Corporativa, o ERP.

Projeto/Entrega: Sisbajuds duplicados

Benefício: Impede o lançamento duplicado de depósitos oriundos da plataforma eletrônica que interliga a Justiça ao Banco Central e as instituições financeiras, o Sisbajud. Por problemas de processamento nas instituições bancárias eventualmente ocorria o crédito duplicado do depósito judicial. Essas ocorrências geravam, além de um grande trabalho operacional de correção, dificuldades na recuperação dos valores nos casos em que não se identificava a situação antes da liberação do alvará para a parte.

Projeto/Entrega: Solução para o cadastro de Mulheres Juristas

Benefício: A Resolução CNJ n. 418/2021 pretende fomentar a utilização de trabalhos e

jurisprudências produzidos por mulheres por meio da criação de um cadastro de mulheres juristas. A resolução determina a criação do cadastro em todos os tribunais, e a DTI viabilizou o atendimento da determinação dentro do prazo com uma solução combinada: um formulário para as mulheres interessadas realizarem seu cadastro e submeterem seus trabalhos e um novo repositório, específico para mulheres juristas, no Sistema de Busca Textual.

Projeto/Entrega: Apresentação do Portal do Desenvolvedor

Benefício: Com o intuito de facilitar e padronizar o desenvolvimento de sistemas no PJSC, foi criado um conjunto de ferramentas e boas práticas que foram sendo aperfeiçoadas ao longo do tempo. Esse conjunto define a arquitetura corporativa. Contudo, faltava um local centralizado e governado para reunir a documentação dos recursos disponíveis e orientações para consolidar a utilização da arquitetura corporativa por todos os desenvolvedores do PJSC. O Portal do Desenvolvedor (<https://devs.tjsc.jus.br/>) reúne extensa documentação sobre o framework de desenvolvimento e ferramental de apoio, sendo uma referência no dia a dia do desenvolvedor.

Projeto/Entrega: Plataformas Eletrônicas

Benefício: Continuando as atividades de estruturação e padronização das tecnologias que compõem os ambientes que suportam as soluções do Poder Judiciário, foi implantada uma aplicação para centralizar e disponibilizar o acesso relativo às plataformas eletrônicas no âmbito da biblioteca do Poder Judiciário.

São ferramentas de acesso restrito aos magistrados e servidores do PJSC e incluem acesso a obras digitais da Minha Biblioteca, consórcio formado pelas editoras Grupo-A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva; obras digitais da Editora Revista dos Tribunais da Digital Proview; e obras digitais da Editora Saraiva. Ela facilita a manutenção das características específicas de configuração para acesso a cada uma dessas ferramentas, assim como de futuras implementações e adesões. <https://www.tjsc.jus.br/web/biblioteca/plataformas-eletronicas>

Projeto/Entrega: Inclusão do valor do ISS no sistema do Selo Digital

Benefício: O Selo Digital é o meio pelo qual o PJSC interage com as serventias extrajudiciais para a distribuição de selos e obtenção das informações sobre os atos praticados. A nova versão, disponibilizada esta semana, atende à Lei Complementar estadual n. 730/2018, que definiu que o ISS deve compor o valor cobrado do usuário do serviço notarial e de registro, e também ao Provimento CGJ n. 3/19, que determina que os tabeliões deverão empregar apenas um selo por ato.

Projeto/Entrega: Adequação do modelo CRelacaoProtesto no sistema do Selo Digital

Benefício: Em virtude de o Provimento CGJ n. 3/19 ter revogado o art. 531 do CNCJ, os tabeliães deverão empregar apenas um selo por ato. Com essa nova dinâmica, o sistema foi alterado para atender a solicitação do Núcleo IV da CGJ.

Projeto/Entrega: Evolução do servidor de formulários

Benefício: Os formulários são uma alternativa para prover rapidamente soluções para situações que precisam de uma entrada de dados padronizada, diferente de um e-mail, por exemplo, mas que ainda assim tenha a garantia de autoria e procedência. Uma ferramenta agnóstica e segura foi desenvolvida para facilitar a criação de formulários, a qual foi aprimorada com um recurso que gera um evento do preenchimento dos formulários e que permite sua utilização para diversos prosseguimentos, como a abertura de um processo no SEI!.

Projeto/Entrega: PJSC Conecta II – Etapa 2

Benefício: Para suportar a evolução, garantir o desempenho e a continuidade dos serviços é imperativa a atualização tecnológica da ferramenta. Para tanto, o projeto visa liberar duas novas funcionalidades: o gerenciamento de salas de espera e salas de apoio. Finalizada a implantação da versão II do PJSC-Conecta nas Comarcas de Dionísio Cerqueira, Maravilha, Descanso, São José dos Cedros e Anchieta.

Projeto/Entrega: Live com psicólogo para todos TSI sobre depoimentos especiais nas comarcas (uso do PJSC-Conecta)

Benefício: Sensibilização de todo corpo técnico sobre a dinâmica do ato processual e indicativos de aprimoramento de captação de áudio e vídeo, permitindo que o ato seja cumprido com todo zelo que requer.

Projeto/Entrega: Curso PJSC-Conecta 2

Benefício: Ministrado curso do PJSC-Conecta V2 para as 5 comarcas previstas para a próxima etapa de implantação, Anchieta, São José do Cedro, Dionísio Cerqueira, Descanso e Maravilha, visando dar conhecimento das novas funcionalidades liberadas com a versão 2 e, assim, garantir o melhor uso da ferramenta.

Projeto/Entrega: Portaria DGA n. 526/2022 – Sobreaviso

Benefício: Através da Resolução GP n. 3/2022 foi instituído em caráter experimental regime de sobreaviso para servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação, da Diretoria de Infraestrutura e da Diretoria de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Estado

de Santa Catarina. Em 22-4-2022 foi publicada a portaria com a indicação dos servidores da DTUI que atuarão no regime de sobreaviso, permitindo a atuação da equipe de forma imediata na ocorrência de incidentes dos serviços considerados essenciais pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (CGOVTI).

RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

Programa Lar Legal

O Programa Lar Legal é uma **ferramenta de jurisdição voluntária** que busca promover a pacificação de conflitos interindividuais mediante a realização do direito justo e célere, permitindo uma salutar e benfazeja **aproximação do Tribunal de Justiça com a comunidade, no cumprimento de sua função social**.

Abaixo a relação de municípios atendidos pelo programa **nestes primeiros meses de 2022**, bem como a quantidade de matrículas entregues aos beneficiários em cada ocasião e as entregas previamente agendadas e previstas para ocorrer em maio.

O Programa Lar Legal cumpre sua **função social e traz segurança e pacificação às comunidades envolvidas**.

ENTREGAS REALIZADAS – a partir de 2 de fevereiro	
Município	Quantidade
Guaramirim	57
Palhoça	44
Herval D'Oeste	19
Palma Sola	40
Xanxerê	64
São José	87
Armazém	21
Porto Belo	32
Capinzal	59
São Francisco do Sul	277
TOTAL	700

ENTREGAS PREVISTAS PARA MAIO	
Município	Quantidade
Lebon Régis	67
Gaspar	78
Jaraguá do Sul	158
Guaramirim	42
Pedras Grandes	7
TOTAL	352

Programa Novos Caminhos

a) Atendimento Psicológico

Nas regiões Centro-Norte (Caçador), Centro-Oeste (Joaçaba), Foz do Rio Itajaí (Itajaí), Oeste (Chapecó), Sudeste (Florianópolis) e Vale do Itapocu (Jaraguá do Sul)

- 59 adolescentes encaminhados
- 85 consultas realizadas

b) Atendimento Odontológico

Nas regiões Sul (Criciúma) e Vale do Itajaí (Itajaí)

- 3 adolescentes atendidos nas unidades do SESI

c) 1ª etapa do SENAI

Organização do Curso de Postura Profissional para ocorrer ao longo do ano (5 encontros, 20 h/aula):

- Centro-Oeste (Joaçaba), previsto para abril e maio
- Extremo Oeste (SMO), previsto para setembro
- Norte-Nordeste (Joinville), previsto para maio e junho

- Planalto Norte (Rio do Sul), previsto para maio
- Sudeste (Florianópolis), previsto para setembro
- Vale do Itajaí (Blumenau), ocorreu em março, 16 matrículas realizadas
- Vale do Itapocu (Jaraguá do Sul), previsto para julho

d) Cursos da 2ª etapa do SENAI/SESI

Nas unidades de Caçador, Curitiba, Joinville, Palhoça, São José, Blumenau, Pomerode, Timbó e Brusque

- 52 matrículas do SENAI
- 11 matrículas do SESI

e) Cursos da 2ª etapa do SENAC

Nas unidades das regiões Alto Uruguai Catarinense (Concórdia), Alto Vale do Itajaí (Rio do Sul), Oeste (Chapecó), Extremo Oeste (SMO), Foz do Rio Itajaí (Itajaí), Norte-Nordeste (Joinville), Sudeste (Florianópolis), Sul (Criciúma), Vale do Itajaí (Blumenau) e Vale do Itapocu (Jaraguá do Sul)

- 25 matrículas do SENAC

Renda Mínima

A criação do programa da renda mínima às serventias de registro civil de pessoas naturais foi idealizada não só para dar efetivo cumprimento ao Provimento CNJ n. 81/2018, mas também para implementar uma **melhor condição de gestão às serventias extrajudiciais deficitárias** e, com isso, possibilitar a entrega de um serviço registral – e reflexamente notarial – de excelência à sociedade catarinense.

O programa de renda mínima dos ofícios de registro civil das pessoas naturais consiste num mecanismo indispensável à prestação regular e padronizada das atividades registras mais intimamente ligadas ao pleno exercício da cidadania, afinal as estruturas socioeconômicas regionais são heterogêneas e podem impor certas restrições financeiras ao desempenho adequado dos serviços à população.

Estudos foram elaborados por membros da equipe do Núcleo IV da CGJ em união de esforços

ao gabinete do juiz-corregedor do foro extrajudicial e, bem assim, com vista do Processo n. 0001754-50.2018.8.24.0600, para a ARPEN-SC. Em seguida, foram aprovados pelo desembargador corregedor-geral do foro extrajudicial, e os autos foram encaminhados para apreciação do Órgão Especial desta Corte, que, após aprovação, encaminhou o projeto de lei à Assembleia Legislativa, que recebeu a designação de PL 0034.6/2021 e está **sob análise da Comissão de Constituição e Justiça** daquela casa legislativa desde o dia 13-4-2022.

OUTROS PROGRAMAS E PROJETOS

Depoimento Especial – Lei n. 13.431/2017

a) Capacitações

Organização do Curso de Supervisão em Depoimento, voltado aos servidores entrevistadores, com 9 turmas previstas para 2022. Destas, uma turma já está em andamento.

b) Estruturação das salas de depoimento especial

As salas que se encontravam com pendências de equipamentos básicos foram finalizadas. Em conjunto com a DTI foi estabelecida a necessidade de disponibilização para todas as comarcas de gravadores portáteis, que já foram adquiridos e estão sendo enviados às comarcas.

Iniciado projeto piloto para testagem de novos microfones, a fim de aprimorar a captação de áudio nas salas.

c) Publicação das alterações e aditamentos da Resolução Conjunta n. 21/2020 por meio da Resolução Conjunta n. 6/2022

d) Evento comemorativo aos 5 anos da Lei n. 13.431/2017

Realização da primeira edição de uma live transmitida via YouTube com o tema “Escuta especializada no âmbito do atendimento protetivo”.

A segunda live, “Depoimento Especial: proteção e responsabilização”, está agendada para o dia 10-5-2022, na mesma plataforma.

e) **Elaboração e encaminhamento de orientações a serem direcionados a magistrados e servidores entrevistadores**

Formação de grupo de trabalho interinstitucional, formado por representantes da Polícia Civil, Ministério Público e Tribunal de Justiça, com vistas a revisar o Termo de Cooperação n. 93/2019.

Justiça Restaurativa

Construção e entrega do projeto “Formação de Facilitadores: Justiça Restaurativa e Cultura da Não Violência” à Academia Judicial.

Justiça pela Paz em Casa

A campanha aconteceu de 7 a 11 de março. Ao todo, 5 comarcas comunicaram sua adesão à campanha, seja por meio de julgamentos e decisões em processos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídios, seja por meio de ações afirmativas, totalizando 7 magistrados e 28 servidores. Ao final, **1.772 processos com sentença ou decisão ocorreram durante a semana**; 808 despachos proferidos; 433 medidas protetivas, etc.

Link do programa Justiça pela Paz em Casa: <https://www.tjsc.jus.br/web/violencia-contr-a-mulher/justica-pela-paz-em-casa>

Contadoria Unificada

Com a Resolução Conjunta GP/CGJ n. 18/2021 ficou criada a **Contadoria Judicial Estadual**, o que inicialmente indicava a impossibilidade de manutenção do auxílio aos diretores do foro pelos contadores judiciais.

Nesse contexto, foram realizados estudos preliminares e projeto básico com o valioso da Diretoria de Material e Patrimônio para a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico para contratação de serviço contábil, conforme registrado no Processo n. 0033109-34.2021.8.24.0710.

A contratação alcançaria a monta de R\$ 2.034.000,00, conforme levantamento de preços realizado pela DMP, quantia reputada demasiada e, portanto, incompatível com as despesas previstas para a conta do Selo.

A **solução encontrada** em conjunto com a Diretoria de Orçamento e Finanças e com a Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau foi a realização da avaliação dos Livros Diários Auxiliares da Receita e da Despesa dos titulares da delegação pelos contadores judiciais da Contadoria Judicial. Por outro lado, **foi dispensada a análise dos livros das serventias** que possuam responsável que preste contas mensalmente à CGJ (interinos e interventores), nos termos do parecer e da decisão divulgados pela Circular CGJ n. 61/2022. Com essa conclusão, além da manutenção do auxílio aos diretores do foro e a **diminuição do volume de trabalho** pela dispensa da análise de significativo quantitativo de livros, alcançou-se substancial economia de recursos públicos.

Reajuste de 10,8% nos honorários advocatícios e periciais de profissionais que atuam em favor de beneficiários da AJG

Resolução GP n. 19/2022 que regulamenta o BEP – indenização para os optantes pela migração ao regime de previdência complementar, autorizada pela Lei Complementar estadual n. 795/2022.

Parcelamento de custas finais: autosserviço em que o próprio contribuinte opta por liquidar seu débito de forma parcelada, sem a necessidade de autorização do magistrado.

Recebimento de receitas por meio de PIX

Repasse aos oficiais de justiça e aos agentes privados (contadores de Balneário Camboriú e Joinville e distribuidor de Balneário Camboriú)

AJG – possibilidade de nomeação de profissionais cadastrados em outras localidades

Março é Delas

A campanha Março é Delas é um projeto que ocorreu durante o mês de março de 2022, organizado pela CEVID em parceria com o Programa Mães do Judiciário e a Equipe do Trabalho Não Presencial/DGCA/DGP, apoiado pela Diretoria de Saúde. Deu-se através da campanha, de lives e de rodas de conversa (com participação de 24 mulheres do quadro do PJSC).

Março é Delas foi capaz de informar e promover a reflexão, assim como proporcionar a troca de conhecimentos e experiência entre as participantes.

Nas redes sociais, **houve engajamento de mais de 500 pessoas. As lives, ao todo, tiveram cerca de 1.436 visualizações.**

Link da campanha Março é Delas: <https://www.tjsc.jus.br/web/violencia-contra-a-mulher/campanhas/marco-e-delas>

Dignidade Menstrual

A campanha Dignidade Menstrual é uma atividade que teve partida na Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, junto com a Diretoria de Saúde, pela qual se viabiliza a arrecadação de absorventes descartáveis para distribuição entre pessoas que vivem em vulnerabilidade social. O movimento de arrecadação teve início em 14 de fevereiro e foi até 25 de março, para que as entregas fossem feitas a partir do dia 28.

69 comarcas do estado e o TJSC se tornaram pontos de coleta de absorventes, tendo sido arrecadadas 81.566 unidades.

Link da campanha Dignidade Menstrual: <https://www.tjsc.jus.br/web/violencia-contra-a-mulher/dignidade-menstrual>

Projeto Lei Maria da Penha e Mulheres Indígenas

Realização de visita técnica à Aldeia Itanhaém – Biguaçu no dia 3-3-2022. O projeto é direcionado à população indígena de Santa Catarina, e a proposta é uma ação preventiva à violência doméstica e familiar contra as mulheres indígenas por meio de conteúdos gravados e transcritos nas línguas indígenas, em parceria com a comunidade indígena.

A intenção é oferecer à população indígena conteúdo em sua língua materna relativo aos direitos humanos, à igualdade de gênero e sobre a Lei Maria da Penha.

Com o projeto serão divulgados canais de denúncia e orientação. Essa ação **está alinhada com a Agenda 2030**, direcionando esforços para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 5, que prevê igualdade de gênero e ao movimento Heforshe-ElesPorElas, ambos da ONU.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência